

**Clipping**  
**28/01 a 1º/02/2011**

Capital lança plano para a saúde .....	1
Entidades protestam contra criação de fundações para a saúde.....	2
Defesa do mínimo no Congresso .....	3
Sine oferece cursos a trabalhadores .....	4
Déficit da Previdência recua 4,5% .....	4
Prefeito lança pacote da saúde .....	4
Greve paralisa obras da Rodovia do Parque .....	5
Fórum de entidades duvida de solução .....	5
Mobilização por empregos na saúde .....	6
Situação de NH serve de exemplo .....	6
Empresas devem dispor de área para amamentação .....	6
Revista Veja condenada a indenizar vice-presidente do TJRS .....	7
Plano de carreira do magistério.....	8
Legislatura começa com 22 novos deputados no RS .....	8
Fortunati garante que 2011 é o ano da saúde em Porto Alegre.....	9
Secretário de Segurança Pública promete unir polícias no Proesci .....	10
Correios mudam regra para trocar chefias .....	12
Sindicato coloca disponível programa para denúncia contra assédio moral.....	13
Rendimento médio do trabalhador é o maior desde 2003, indica IBGE.....	13
Mentalidade escravista impede aprovação da PEC 438/01 no Congresso.....	14
STJ e TST iniciam ano judiciário com atenções voltadas para questões internas .....	14
O sindicato único tunisiano se converte em eixo da mudança política.....	15
Loja City Lar , gigante do setor de eletrodoméstico, é condenada por assédio moral.....	16
Ex-funcionário dos Correios de AL é condenado por desvio .....	16
Negociação coletiva não pode suprimir horas gastas no percurso para o trabalho.....	17
PEC assegura repasse de contribuição sindical a centrais .....	18
VALE FERTILIZANTES: O LUCRO ACIMA DA SEGURANÇA.....	18
TJMS diz que novo horário traz mais benefícios que prejuízos .....	19
Servidor efetivo não é exceção à regra do nepotismo.....	20
De Sanctis deixa 6ª Vara e assume vaga no TRF .....	21
Correspondente terá regras mais rígidas, mas permanecerá viável .....	21
Sociedade, subsídio e BNDES .....	23
Cooperativas devem ser alternativa de trabalho para 3 milhões em 2011 .....	24
Petroquímica ainda parada .....	24
Obra em Suape tem greve de 7 mil trabalhadores .....	25
A novela da Odebrecht.....	25
CGU encontra irregularidades entre Correios e prestadora de serviços .....	26
Beto Richa nomeia mulher e irmão para primeiro escalão no PR .....	27
Empresa é condenada a pagar R\$ 80 mil a ex-funcionário que recebeu 'troféu tartaruga' .....	28

### **Capital lança plano para a saúde**

Fortunati propõe ações para desafogar hospitais da Capital, mas entidades consideram o plano uma repetição de promessas

Ao apresentar ontem oito medidas para desafogar hospitais e melhorar o atendimento na Capital, o prefeito José Fortunati ampliou as divergências com entidades ligadas à saúde. O pacote, que propõe ações a médio prazo, como a regulação informatizada dos leitos e ampliação das equipes de saúde da família, foi classificado como “repetição de promessas” e “mais do mesmo”.

A maior parte das propostas de Fortunati envolve a informatização da gestão da saúde, como a implantação de ponto eletrônico, conexão dos postos à infovia da Procempa e a regulação dos 5,5 mil leitos disponíveis pelo Sistema Único de Saúde (SUS) por meio de um software específico. A ampliação e a qualificação do atendimento passam por reformas de postos, construção de novas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) com complementação de recursos dos governos federal e estadual e reabertura do Hospital Independência.

O prefeito também defendeu a criação do polêmico Instituto Municipal de Estratégia de Saúde da Família (Imesf) para gerir e permitir a ampliação do número de equipes do Programa de Saúde da Família (PSF). Atualmente, profissionais que fazem esse tipo de atendimento são terceirizados.– A saúde é o assunto mais polêmico e problemático, não apenas no âmbito municipal, mas também no nacional. A saúde será nossa prioridade em 2011 – destacou o prefeito.

Criação de fundação municipal é o principal motivo de críticas

Três horas após o anúncio de Fortunati, entidades ligadas à área da saúde convocaram entrevista coletiva na sede do Conselho Estadual de Saúde. Contrárias à implementação do Imesf, as entidades avaliaram que as medidas não são novas, uma vez que algumas já haviam sido prometidas por José Fogaça, de quem Fortunati herdou o mandato atual.

A informatização dos postos, por exemplo, foi citada pela coordenadora do Conselho Municipal de Saúde, Maria Letícia Garcia, como prevista desde 2003 como contrapartida a financiamento da Terceira Perimetral. Na época, a Capital era governada pelo PT.

O centro das críticas foi o Imesf. O presidente do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (Simers), Paulo de Argollo Mendes, disse que a criação da fundação representa a precarização da assistência, por não oferecer garantia de continuidade da prestação do serviço em caso de falta de recursos e por supostamente permitir a alienação de bens públicos. A prefeitura rebate, dizendo que as afirmações são falsas.– É tudo requentado. É mais do mesmo. Desde a campanha, José Fogaça já fazia essas promessas. É uma cortina de fumaça para desviar a atenção da população do que realmente importa – opinou Argollo

ZERO HORA

### **Entidades protestam contra criação de fundações para a saúde**

Fórum em Defesa do SUS criticou medidas anunciadas pelo prefeito José Fortunati para a área. Líderes do Fórum de Entidades em Defesa do SUS criticaram, em entrevista coletiva, as [medidas anunciadas](#) nesta segunda-feira pelo prefeito de Porto Alegre, José Fortunati, para a área da saúde. Eles também reforçaram a posição do órgão contra a criação de uma fundação pública de direito privado, o Instituto Municipal de Estratégia em Saúde da Família (Imesf), para gerir a atenção à saúde básica da Capital. Segundo o presidente do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (Simers), Paulo de Argollo Mendes, as ações anunciadas pelo prefeito são promessas que já haviam sido feitas na gestão de José Fogaça (2004-2010). “É uma cortina de fumaça para desviar a atenção do que de fato está ocorrendo”, disse ele, referindo-se à proposta de criação do Imesf.

Entre as medidas anunciadas por Fortunati está a implantação do registro eletrônico de frequência dos funcionários. Segundo Argollo, os problemas de atendimento nos postos de saúde da Capital não ocorrem por questão de assiduidade dos médicos, mas sim pela falta de reposição de profissionais que estão de férias ou deixaram a função. “Não é pela ausência de médico do trabalho”, afirmou. Já a proposta de criação do Imesf foi definida pelo presidente do Simers como “ilegal, inconstitucional e imoral”. Argollo conclamou a população a participar da audiência pública sobre o tema, que ocorre na próxima quinta-feira, na Câmara de Vereadores.

Para o presidente do Sindicato dos Servidores Públicos do RS (Sindsepe/RS), Cláudio Augustin, a fundação pública de direito privado é uma forma de o Poder Público transferir a responsabilidade sobre a saúde básica para outro ente. Ele citou como exemplo o instituto existente em Novo Hamburgo, criado há um ano e meio, e que estaria enfrentando problemas para contratar pessoas devido à “baixa remuneração, falta de gestão e instabilidade”. Conforme Augustin, a Fundação de Saúde Pública de Novo Hamburgo (FSNH) estaria terceirizando os seus serviços ao contratar outra

instituição para consultas e procedimentos nas áreas de pediatria e clínica médica. “A fundação que está sendo criada em Porto Alegre segue a mesma linha política. Na realidade, querem precarizar o atendimento à população”, disse.

Uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) tramita no Tribunal de Justiça do RS desde dezembro de 2010 contra a fundação criada em Novo Hamburgo. A ação foi encaminhada por um grupo de entidades lideradas pela Central Única dos Trabalhadores (CUT). Augustin ressaltou que as entidades ligadas à saúde discutem a possibilidade de medidas semelhantes contra as outras prefeituras que já encaminharam a criação de fundações: Esteio, Sapucaia do Sul e Canoas. O presidente do Sindsepe/RS ressaltou ainda que, em Porto Alegre, a criação do Imesf fere a Lei Orgânica do município, que no seu artigo 33 prevê que o regime jurídico dos servidores será único e estabelecido em estatuto. O projeto que cria o Imesf prevê contratações por meio da CLT. Em resposta à manifestação do Fórum de Entidades em Defesa do SUS, o prefeito de Novo Hamburgo, Tarcísio Zimmermann, disse que com a criação da FSNH o município passou a contar com 996 profissionais nomeados na área da saúde. Antes era 1.225, porém terceirizados. Zimmermann explicou ainda que a criação da fundação obteve um parecer favorável do Conselho Superior do Ministério Público. “Do ponto de vista jurídico, não temos nenhum problema”, ressaltou.

Presidente do conselho vê ponto positivo no projeto

O presidente do Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Sul (Cremers), Fernando Weber Matos, contudo, vê um ponto positivo na proposta do Imesf. Segundo ele, a contratação de servidores via CLT, prevista no projeto, pode agilizar a reposição de profissionais que se afastam da função. “Na medida em que a equipe fica desfalcada, a prefeitura não pode repor rapidamente. Já a fundação tem essa característica: pode fazer uma contratação emergencial e depois, se for o caso, fazer um novo concurso”, avaliou Matos após se reunir com Fortunati durante a tarde.

Antes de se posicionar sobre o projeto, no entanto, o Cremers pretende avaliar a sua constitucionalidade. “Vamos recolher subsídios e repassar para o nosso departamento jurídico”, disse o presidente. Na quarta-feira, Matos pretende debater a proposta com a direção do Conselho Federal de Medicina, em Brasília. O Cremers deverá anunciar sua posição até a próxima semana. Segundo Matos, o conselho não foi convidado para integrar o Fórum de Entidades em Defesa do SUS. “Nossa função não é por lenha na fogueira. Nossa fundação como autarquia federal é legalista: observar as leis em benefício do cidadão e do médico”, definiu.

CORREIO DO POVO

### **Defesa do mínimo no Congresso**

Dilma Rousseff vai ao Congresso defender o acordo que eleva o salário mínimo para R\$ 545,00 e pregar a importância de regras estáveis para manter a estabilidade econômica e a inflação sob controle. Dilma decidiu entregar pessoalmente a mensagem presidencial - documento que expõe as prioridades do governo - para dar um recado aos parlamentares, em tom de conciliação.

Depois da disputa entre o PT e o PMDB por cargos no governo, a presidente pregará a parceria com deputados e senadores, além do fortalecimento das instituições e da democracia. Pedirá apoio do Congresso e baterá na tecla de que é preciso combater sem trégua a inflação, que desorganiza a economia e degrada a renda dos mais pobres.

Embora não vá citar explicitamente o valor proposto pelo governo para o salário mínimo, Dilma alegará que não se pode mudar regras nem quebrar acordos no meio do caminho para não prejudicar o próprio trabalhador. Diante do Congresso, ela defenderá o conceito de recuperação do valor do mínimo. O governo insiste que é preciso cumprir o acordo firmado pelo ex-presidente Lula com representantes das centrais sindicais. Por esse acordo, o reajuste para o mínimo leva em conta a inflação do ano anterior acrescida do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos atrás. O problema é que, como o PIB de 2009 ficou negativo, o mínimo não terá aumento real. Os sindicalistas, no entanto, reivindicam um piso de R\$ 580,00

CORREIO DO POVO

### **Sine oferece cursos a trabalhadores**

O número de encaminhamentos feitos pelo Sistema Nacional de Emprego (Sine) de Porto Alegre não foi suficiente para preencher as 15.350 vagas disponibilizadas pelo mercado de trabalho da Capital em 2010. O motivo é a falta de qualificação dos profissionais que procuram emprego. Apenas 4.666 foram contratados entre janeiro e dezembro do ano passado. Para tentar reverter esse quadro em 2011, o Sine Municipal já fez parceria com o governo federal para a execução do Plano Territorial de Qualificação Profissional (Planteq). Isso significa a oferta de 730 vagas para cursos de qualificação profissional em diversas áreas.

As aulas estão previstas para começar em março. O titular da Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio (Smic), Valter Nagelstein, está negociando com representantes do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e da Comissão Municipal de Emprego (CME) estratégias e parcerias para a execução dos cursos. O Sine funciona na avenida Mauá, 1013, das 8h às 17h.

CORREIO DO POVO

### **Déficit da Previdência recua 4,5%**

Brasília -O déficit da Previdência Social em 2010 recuou para R\$ 44,353 bilhões, queda de 4,5% ante o resultado consolidado do ano anterior. A geração de empregos formais e o crescimento da massa salarial ajudaram a impulsionar as receitas com as contribuições previdenciárias, que subiram 10,7% acima da inflação, o melhor resultado desde 2001, atingindo R\$ 217,525 bilhões. Em contrapartida, as despesas com benefícios somaram no período R\$ 261,878 bilhões, alta 7,8%, a maior desde 2006.

Pela segunda vez, o país tem queda no rombo da Previdência desde a série iniciada em 2001. A primeira ocorreu em 2008. No ano seguinte, o déficit voltou a subir, para R\$ 46,434 bilhões. Para 2011, a projeção é nova redução, afirma o secretário de Previdência Social, Leonardo Rolim. A expectativa é resultado negativo de R\$ 41,6 bilhões, considerando-se salário mínimo de R\$ 545,00. No mês de dezembro, as contas do INSS registraram um superávit no valor de R\$ 3,478 bilhões, elevação de 85,8% frente ao resultado obtido em igual período de 2009. O desempenho se deve ao recolhimento das contribuições relativas ao 13 salário.

CORREIO DO POVO

### **Prefeito lança pacote da saúde**

Entre as medidas estão a implantação de relógio-ponto para os funcionários e informatização do sistema de leitos do SUS

Para buscar a solução de parte dos problemas na saúde de Porto Alegre, o prefeito José Fortunati anunciou ontem uma série de medidas, entre elas a implantação de relógio-ponto para todo o funcionalismo municipal, inclusive para os médicos, e a informatização total do sistema de regulação de leitos do SUS. Afirmando que a área terá "prioridade absoluta, pois o nível de insatisfação é bastante razoável", garantiu que o registro eletrônico de frequência começará a ser instalado pelo Paço Municipal, em 90 dias. "Já existe esse controle nas Unidades de Saúde da Família (administradas por convênio com a Fundação Instituto de Cardiologia), no Hospital Presidente Vargas e queremos que se estenda a toda a prefeitura, até o final do ano."

Para melhorar os processos administrativos e de controle, Fortunati afirmou que haverá investimento de R\$ 2,7 milhões na rede. "Através da infovia, de fibras ópticas e de rádio, queremos passar de 30% para 100% de alcance, em um prazo previsto de oito meses."

A segunda etapa da modernização contemplará o processo de regulação. Segundo Fortunati, havia falhas no repasse de dados sobre leitos do SUS. Admitiu que em muitos casos pacientes passavam na frente na fila de atendimento devido a "benesses" conseguidas por deputados, servidores e

médicos de outras cidades.

Fortunati também voltou a defender a implantação do Instituto Municipal Estratégia da Saúde da Família (Imesf), uma das principais divergências com o Sindicato Médico e outras instituições da área. "Temos pareceres de juristas atestando a constitucionalidade da criação da fundação." Ele anunciou que deverão ser investidos R\$ 24,9 milhões em obras de reforma, ampliação e construção de unidades de saúde. Disse que existem 32 obras em andamento. "Vamos começar também a implantação de quatro novas unidades de pronto-atendimento, que deverão ser concluídas até o final de 2012, além de reabrirmos o Independência."

CORREIO DO POVO

### **Greve paralisa obras da Rodovia do Parque**

Trabalhadores querem reajuste de 10% e limpeza dos alojamentos

Cerca de 700 operários, que trabalham na construção da Rodovia do Parque (BR 448) entraram em greve na manhã de ontem. De acordo com o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Terraplenagem do Estado do RS (Siticepot), os canteiros de obras 1, 2 e 3 estão parados. Os trabalhadores querem reposição salarial de 10%, entre outros pedidos, como limpeza dos alojamentos e refeitórios. A greve, segundo o sindicato, é por tempo indeterminado. Hoje os representantes da categoria terão reunião no Judiciário.

O presidente do Siticepot, Isabelino Garcia dos Santos, disse que se não houver um acordo, outros operários podem também aderir à greve. "Já levamos nossa proposta à Queiroz Galvão, que é líder do consórcio. Até o momento não tivemos resposta".

O superintendente do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes no Rio Grande do Sul (Dnit/RS), Vladimir Casa, considerou o fato um problema interno, entre empresa e seus empregados. Quando concluída, a BR 448 será uma alternativa para o congestionado tráfego da BR 116, com movimento diário de 130 mil veículos no trecho Porto Alegre-Sapucaia do Sul.

Segundo a Queiroz Galvão, a sua assessoria jurídica está negociando com o sindicato para resolver a questão.

CORREIO DO POVO

### **Fórum de entidades duvida de solução**

Líderes do Fórum de Entidades em Defesa do SUS criticaram as medidas anunciadas ontem pelo prefeito José Fortunati para a saúde. Eles também reforçaram a posição do órgão contra a criação de uma fundação pública de direito privado para gerir a atenção à saúde básica da Capital. Segundo o presidente do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (Simers), Paulo de Argollo Mendes, as ações anunciadas pelo prefeito são promessas que já haviam sido feitas na gestão de José Fogaça.

Entre as medidas anunciadas por Fortunati está a implantação do registro eletrônico de frequência dos funcionários. Segundo Argollo, os problemas de atendimento nos postos da Capital não estão relacionados à assiduidade dos médicos, mas à falta de reposição de profissionais que estão de férias ou deixaram a função. A proposta de criação do Instituto Municipal Estratégia da Saúde da Família (Imesf) foi definida por Argollo como "ilegal, inconstitucional e imoral". Conclamou a população a participar da audiência pública sobre o tema, quinta-feira, na Câmara.

O presidente do Sindicato dos Servidores Públicos do RS, Cláudio Augustin, avaliou que "a fundação pública de direito privado é uma forma de o poder público transferir a responsabilidade sobre a saúde básica para outro ente". Ressaltou que, em Porto Alegre, a criação do Imesf fere a Lei Orgânica, que no artigo 33 prevê que o regime jurídico dos servidores será único e estabelecido em estatuto. O projeto prevê contratações por meio da CLT. Ele informou que uma ação direta de inconstitucionalidade tramita no Tribunal de Justiça do RS desde dezembro contra a fundação criada em Novo Hamburgo. Augustin ressaltou que as entidades ligadas à saúde discutem a possibilidade de medidas semelhantes contra outras prefeituras que encaminharam a criação de fundações: Esteio, Sapucaia e Canoas.

### **Mobilização por empregos na saúde**

Para evitar que cerca de 500 trabalhadores vinculados à Fundação Rio-Grandense Universitária de Gastroenterologia (Fugast) percam os empregos, em abril, sindicatos da área da saúde mobilizaram-se ontem em frente ao Palácio Piratini, em Porto Alegre. Pedem urgência para a proposta de emenda à Constituição que regulariza a situação desses terceirizados. O Supremo Tribunal Federal decidiu em setembro que a contratação era inválida. Um dos locais que teria mais impacto é o Hospital Presidente Vargas, onde mais de 30% dos funcionários são da Fugast.

CORREIO DO POVO

### **Situação de NH serve de exemplo**

Ao argumentar contra a criação da fundação em Porto Alegre, o presidente do Sindicato dos Servidores Públicos do RS, Cláudio Augustin, citou o instituto criado há um ano e meio em Novo Hamburgo, que estaria enfrentando problemas para contratar pessoas devido à "baixa remuneração, falta de gestão e instabilidade". Conforme Augustin, a Fundação de Saúde Pública de Novo Hamburgo (FSNH) estaria terceirizando os serviços ao contratar outra instituição para consultas e procedimentos em pediatria e clínica médica. "A fundação que está sendo criada em Porto Alegre segue a mesma linha política. Querem precarizar o atendimento à população."

O prefeito Tarcísio Zimmermann disse que, com a criação da FSNH, Novo Hamburgo passou a contar com 996 profissionais na saúde. Antes eram 1.225; porém, terceirizados. Explicou ainda que a criação da fundação obteve parecer favorável do Conselho Superior do Ministério Público. "Do ponto de vista jurídico, não há nenhum problema."

CORREIO DO POVO

### **Empresas devem dispor de área para amamentação**

Em estabelecimentos com menos de 30 mulheres, pode-se optar pelo auxílio-creche

A CLT prevê esta norma até os seis meses do bebê, mas pode ser maior através de acordo

A Constituição tem como objetivo zelar pelos direitos dos cidadãos, sendo eles homens ou mulheres. Um destes direitos existentes e garantidos pela lei é a proteção à maternidade. Por força desta premissa, a licença-maternidade foi prorrogada, podendo ser estendida por até 180 dias, tempo recomendado pela Sociedade Brasileira de Pediatria, visando ao melhor desenvolvimento da criança.

Outra ação que visa a garantir o direito à proteção à maternidade está na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), em seu artigo 389, parágrafo 1º, e obriga toda empresa que possua estabelecimentos com mais de 30 empregadas com idade superior a 16 anos a manter local onde as mães possam dar assistência aos seus filhos no período de amamentação, até os seis meses de vida do bebê.

Uma segunda opção é o pagamento do auxílio-creche - ou reembolso creche -, que é um valor repassado pela empresa diretamente às empregadas, de forma a não ser obrigada a manter local próprio. Nesse caso, o benefício deve ser concedido a toda empregada-mãe, independentemente do número de empregadas no estabelecimento, e deve ser objeto de negociação coletiva.

A questão está no fato de o auxílio ser de seis meses e a licença-maternidade ser de até seis meses. Essa similaridade de prazos faz com que muitas mulheres não se beneficiem deste direito. As convenções e acordos coletivos firmados pelos sindicatos poderão estipular um período maior, e até abranger o pai neste direito.

Cabe, então, aos sindicatos decidirem o tempo e se a empregada continuará usufruindo do auxílio. Segundo o advogado trabalhista Raimar Machado, a empresa pode estabelecer regras de ressarcimento dos valores que estas trabalhadoras venham a gastar com a creche. "Será acordado o

período que será pago e o valor máximo. As trabalhadoras podem livremente escolher esse local e depois buscar o reembolso da mensalidade”, explica.

Machado considera que o período é muito curto, pois a criança segue precisando destes cuidados e que seis meses é um padrão ultrapassado em vista de outros países, que o concedem durante dois anos.

A Secretaria de Inspeção do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego acredita que esta lei não está atrasada, visto que, nos termos da Lei nº 11.770/2008, o prazo de seis meses para licença-maternidade beneficia apenas às empregadas de empresas que aderem ao Programa Empresa Cidadã. Segundo a secretaria, não há previsão de auxílio para a fase pré-escolar na legislação trabalhista brasileira.

Mesmo a CLT estipulando um período obrigatório de seis meses, algumas empresas não concedem o auxílio. Para o advogado, a fiscalização ainda não é suficiente, pois o Ministério do Trabalho conta com poucos fiscais. “Nas empresas onde a fiscalização não chega é comum que as trabalhadoras não tenham conhecimento deste direito e acabem deixando os filhos com os familiares”, finaliza. Em caso de descumprimento da lei, a empresa poderá ser multada no valor de R\$ 80,51 a R\$ 805,09 por situação irregular.

JORNAL DO COMERCIO

### **Revista Veja condenada a indenizar vice-presidente do TJRS**

É de R\$ 27.174,39 o valor do cumprimento de sentença ajuizado pelo desembargador José Aquino Flores de Camargo, contra a Editora Abril. Essa cifra inclui as custas e os honorários advocatícios de 20%. O magistrado foi vencedor, em ambos os graus de jurisdição, de uma ação reparatória por dano moral decorrente de publicação feita pela revista Veja, em sua edição de 20 de agosto de 2003. Na época, Aquino era o presidente da Ajuris. A matéria questionada tinha o título “Previdência: mexeram no meu queijinho”.

O texto discorre sobre “argumentos exaltados” de servidores públicos e opositores à reforma da Previdência. Segundo Veja, “o porta-voz dos juízes do Estado, desembargador José Aquino Flôres de Camargo, chegou a comparar as mudanças nas aposentadorias e pensões às imposições de atos institucionais na ditadura. O quadro lista esse e outros exageros ditos pelos grupos de pressão anti-reforma ligados aos servidores.”

O texto publicado por Veja foi acompanhado de uma foto, que retrata um movimento de protesto em frente à Assembleia Legislativa, com vários ‘balões’ de diálogo, contendo críticas à reforma da previdência. A petição inicial argumentou que “foi justamente a ilação, de forma descontextualizada, das palavras do desembargador à foto do protesto que acabou em baderna e agressões ao patrimônio público - e que nada tem a ver com o ato público dos servidores, que lhe causou constrangimentos junto a seus pares e à sociedade em geral”. A sentença da juíza Nara Elena Batista, da 13ª Vara Cível de Porto Alegre reconhece que “a montagem da matéria induz o leitor a acreditar que Aquino era um dos líderes da manifestação retratada na imagem e que acabou em violência”. O julgado deferiu reparação moral de R\$ 20 mil. As duas partes recorreram.

A 9ª Câmara Cível manteve a essência do julgado, reduzindo apenas o marco inicial da correção monetária e dos juros. Em julgado cujo relator foi o desembargador Odone Sanguiné, vem dito que “a eficácia da contrapartida pecuniária está na aptidão para proporcionar tal satisfação em justa medida, de modo que não signifique um enriquecimento sem causa para a vítima e produza impacto bastante na causadora do mal a fim de dissuadi-la de novo atentado”.

A editora recorreu ao STJ e ao STF. O recurso especial foi improvido. O recurso extraordinário teve seguimento negado, tendo a empresa interposto agravo de instrumento, ainda não decidido no Supremo, onde o relator é o ministro Gilmar Mendes. (Proc. nº 70029324068)

JORNAL DO COMERCIO

## **Plano de carreira do magistério**

O prefeito Jairo Jorge pode cantar a pedra ao governador Tarso Genro com o plano de carreira do magistério municipal de Canoas, aprovado pelos professores e vereadores neste fim de semana, para a revisão do plano de carreira do magistério estadual. Ele manteve a progressão por tempo de serviço com a remuneração por mérito, atribuindo ao próprio professor a gestão do plano que se baseia em pontos a serem conquistados por ano em seis itens: tempo de serviço (120 pontos), conhecimento (cursos) (120), assiduidade (360), conduta pessoal (120), plano pessoal com a direção da escola (240) e cumprimento do plano educacional do município (240), totalizando 1.200 pontos ao ano, ou 6.773 no topo da carreira. O salário inicial básico é de R\$ 1.702,00 e o teto R\$ 6.773,00. Em todas as escolas

A aprovação do plano de carreira do magistério de Canoas foi conquistado com debate realizado pelo prefeito em cada uma das 46 escolas do município. Aliás, a base do plano nasceu da sugestão de um professor na primeira reunião, segundo o prefeito Jairo Jorge.

JORNAL DO COMERCIO

## **Legislatura começa com 22 novos deputados no RS**

Tarso terá 32 parlamentares em sua base e 23 na oposição; Villaverde deve ser aclamado presidente  
Fernanda Bastos

Os 55 deputados estaduais da próxima legislatura tomam posse hoje em cerimônia na Assembleia Legislativa, às 14h. No ato, parlamentares também farão a eleição simbólica da Mesa Diretora. O deputado reeleito Adão Villaverde (PT) deve ser confirmado na presidência da Casa para 2011.

A presença do governador Tarso Genro (PT) chegou a estar ameaçada, com o convite da presidente Dilma Rousseff (PT) para a viagem desta segunda-feira à Argentina, mas o petista preferiu prestigiar os deputados - e evitar um possível desgaste na largada dos trabalhos.

A base do governo será composta por 32 deputados das bancadas do PT, PDT, PTB, PSB, PCdoB e PRB, o suficiente para Tarso obter maioria simples na apreciação dos projetos de lei no Parlamento.

O governador também possui a simpatia dos progressistas Mano Changes e Silvana Covatti (a campeã de votos para a Assembleia no ano passado), que votaram com a base no primeiro teste do governo, a sessão extraordinária convocada durante o recesso parlamentar, em meados de janeiro.

Villaverde, que passou a semana se recuperando de uma virose, deve apresentar como objetivo de sua gestão a construção de uma administração compartilhada com os outros partidos que comandarão a Assembleia até 2014 - PMDB, PP e PDT. Outra meta do petista é recuperar o papel protagonista do Legislativo nos debates de grandes temas do Estado. Antes da cerimônia, deputados e autoridades serão recebidos por Villaverde e o atual presidente da Assembleia, Giovanni Cherini (PDT), a partir das 13h na sala da presidência. Como o espaço nas galerias do Plenário 20 de Setembro está reservado para convidados, será possível acompanhar a cerimônia em um telão no teatro Dante Barone.

Na posse da 53ª legislatura, 17 parlamentares chegam pela primeira vez à Assembleia - outros cinco estão retornando e 33 foram reeleitos. O número de mulheres dobrou para oito, mas ainda não chega a um terço da composição do Parlamento.

Eleitos já atuam como secretários estaduais e quatro suplentes assumirão cadeiras no Parlamento gaúcho

O convite do governador Tarso Genro (PT) a quatro deputados estaduais para compor seu primeiro escalão abriu espaço para suplentes na Assembleia Legislativa. Eles devem assumir a partir de hoje, já que os titulares vão se licenciar do cargo.

Luiz Fernando Mainardi (PT), Luís Augusto Lara (PTB), Stela Farias (PT) e Ciro Simoni (PDT) deixarão seus acentos. Mainardi, eleito com 64.375 votos, está na Secretaria da Agricultura. Entra no seu lugar o advogado Jéferson Fernandes, que fez 37.279 sufrágios.

Lara, o mais votado do PTB com 57.936 apoiadores, assumiu a Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento Social; o suplente e ex-vice-prefeito de Canoas Jurandir Maciel (PTB), que recebeu o voto de 29.564 eleitores, herda a cadeira.

A secretária de Administração, Stela Farias, deixa a vaga para o ex-deputado Luís Fernando Schmidt. Stela fez 48.070 sufrágios; o suplente, 29.564.

O secretário da Saúde, Ciro Simoni (PDT), recebeu 35.477 votos no último pleito. Será substituído pelo ex-prefeito de Cachoeira do Sul Marlon Santos (PDT), que recebeu 33.174 sufrágios.

JORNAL DO COMERCIO

### **Fortunati garante que 2011 é o ano da saúde em Porto Alegre**

Na manhã desta segunda-feira, no Paço Municipal, o prefeito José Fortunati lançou um pacote de medidas para melhorar a saúde no município de Porto Alegre. Ao lado do secretário da Saúde, Carlos Casartelli, e do secretário da Coordenação Política e Governança Local, Cezar Busatto, Fortunati anunciou a programação de atividades para este ano. Grande parte das ações já está em andamento. O pacote prevê o início das obras de novas Unidades de Pronto Atendimento (UPA), a reabertura do Hospital Independência, a implantação do Instituto Municipal de Estratégia de Saúde da Família (Imesf) e a instalação de equipamentos eletrônicos para controlar o cumprimento da carga horária dos profissionais da saúde.

As medidas para melhorar o atendimento oferecido pelo SUS em Porto Alegre passam por algumas frentes de trabalho. Os valores previstos para 2011 em investimentos chegam a R\$ 24,9 milhões.

Uma das mais destacadas pelo prefeito é a implantação do ponto eletrônico de frequência, que abrangerá os médicos. O serviço será implantado nos próximos meses e garantirá mais transparência e qualidade na prestação dos serviços públicos. Em um primeiro momento, o registro eletrônico será adotado na área da saúde, a qual atinge 30% dos servidores municipais. Mas ao longo deste ano, o cartão ponto será instituído em toda a prefeitura. O próximo a sofrer o controle será o Departamento Municipal de Água e Esgotos (Dmae).

Para agilizar mais o atendimento oferecido pelo SUS e possibilitar um maior controle dos locais onde os pacientes são internados, a prefeitura está informatizando a saúde. O projeto Infovia Saúde será implementado em oito meses, propiciando a integração de todas as unidades. Até o momento, 30% das unidades estão conectadas. O projeto funcionará como um GPS do paciente, que passa a ter um histórico de sua saúde. "Atualmente, regulamos apenas 2% dos leitos SUS em Porto Alegre. Com este projeto conseguiremos controlar 100%, possibilitando um melhor atendimento ao paciente", explicou Casartelli. Serão investidos R\$ 2,7 milhões neste programa de informatização. Fortunati destacou a construção da UPA Zona Norte e a entrega à comunidade até o fim deste ano. A verba para a obra já está garantida. Ao todo são quatro unidades em funcionamento e mais quatro que serão construídas até o final de 2012. A área construída de cada UPA será de 1,3 mil metro quadrado, contando com uma média de 13 a 20 leitos, e atenderá a cerca de 450 pacientes por dia com uma equipe formada por seis médicos. A reabertura do Hospital Independência também foi lembrada na cerimônia. "Estamos analisando e avaliando tudo que precisa ser revisto para o Independência voltar ao pleno funcionamento ainda neste semestre, com 95 leitos exclusivos para atendimento SUS", garantiu Fortunati.

O tema de maior polêmica e destaque nas últimas semanas é a criação do Imesf. A fundação, como é conhecida, foi novamente pauta na apresentação das medidas para a saúde. Fortunati aproveitou a coletiva para mais uma vez alfinetar o Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (Simers) e reafirmar o rompimento das relações. Ele citou também o evento organizado na semana passada pelo sindicato, no qual uma médica de Belo Horizonte apresentou as boas condições da saúde naquela capital, que não possui fundação. "É muita balela a explicação apresentada pela médica. Ao analisarmos o funcionamento da saúde na prefeitura mineira, descobrimos que 36% das contratações são precárias e sofrem os mesmos problemas de todos os lugares", informou Fortunati. Ele ainda garantiu a constitucionalidade do projeto de lei e promete um debate com a comunidade para a aprovação da fundação municipal.

Cremers deve se posicionar sobre Imesf na próxima semana

O presidente do Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Sul (Cremers), Fernando Matos, esteve reunido durante cerca de duas horas na tarde desta segunda-feira com o prefeito José Fortunati para falar sobre a criação do Imesf.

"Ouvimos a explanação do prefeito a respeito do projeto e questionamos alguns pontos jurídicos que foram explicados. Ele nos assegurou que a contratação dos médicos será feita exclusivamente por concurso público e que só existirão três contratações de cunho político: o presidente da fundação e dois assessores", diz Matos.

De acordo com o presidente do conselho, a entidade solicitou a íntegra do projeto, que será analisado pelo departamento jurídico do Cremers. "Após essa análise, daremos nossa posição oficial, provavelmente já na próxima semana", afirma. Matos irá na quarta-feira a Brasília, de onde pretende trazer a posição do Conselho Federal de Medicina sobre a questão.

JORNAL DO COMERCIO

### **Secretário de Segurança Pública promete unir polícias no Proesci**

Michels admite um déficit de 20 mil vagas no sistema prisional

A segurança pública é uma das áreas na qual o País não desenvolveu políticas necessárias para o combate dos altos índices de criminalidade. Enquanto outras áreas como a economia, a comunicação e a educação evoluíram, a segurança involuiu. Este é o pensamento central sobre as questões de segurança expostas pelo titular da Secretaria da Segurança Pública (SSP) do Rio Grande do Sul, Airtón Michels. Em entrevista ao Jornal do Comércio, Michels explicou os principais pontos que deverão ser explorados em sua gestão. Ele destacou também a importância de ter atuado no Departamento Penitenciário Nacional (Depen), durante o último período do governo Lula. O trabalho em parceria com o governador Tarso Genro, na época ministro da Justiça, é visto de forma positiva e facilitadora para trazer recursos federais ao Rio Grande do Sul. A criação de novos presídios, que ocorreu de forma lenta nos últimos oito anos, deve também receber uma atenção maior.

Jornal do Comércio - Quais são os principais desafios da segurança pública no Estado?

Airtón Michels - Sem dúvida o problema mais urgente é a questão prisional, especificamente o Presídio Central. O Estado tem hoje 31 mil presos e tem em torno de 12 mil vagas. Sete ou oito anos atrás, o Estado era modelo prisional para o País. Era uma tradição histórica acompanhar o crescimento carcerário com a criação de vagas. Até metade da década de 2000, o Estado apresentava o maior número de casas prisionais do Brasil, tanto que fomos pioneiros em abolir presos em delegacias, na década de 1980. Mas hoje nós temos um quadro que, nos últimos oito anos, não tem gerado vagas. Em 2002, tínhamos um déficit de duas mil. Agora temos 12 mil, um aumento de 600%.

JC - Como enfrentar o problema do Presídio Central?

Michels - Temos que buscar recursos. Em uma unidade em que cabem 1.600 detentos, temos 5.300. Com esta superlotação, somos uma referência negativa na América Latina. Com certeza, será a primeira tarefa da segurança pública que nós iremos enfrentar.

JC - Qual é a alternativa para o Presídio Central?

Michels - Precisamos gerar cerca de 4.200 vagas. Nós não vamos demolir e implodir o prédio, ele é um espaço público importante e muito bem localizado. Parte de toda a estrutura é aproveitável. Queremos utilizar essa parte para gerar uma cadeia pública para aproximadamente 800 a mil detentos provisórios. Nós precisaríamos de mais quatro mil vagas, que vamos procurar construir no entorno de Porto Alegre, de onde vem grande parte dos apenados, para podermos acabar com o problema do Central.

JC - Qual é o investimento destinado à segurança pública no orçamento do Estado?

Michels - Em 2011, temos R\$ 2,02 bilhões, incluindo gastos com pessoal. Para investimentos resta muito pouco. Na Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe), por exemplo, o investimento neste ano é de R\$ 46 milhões para obras de geração de vagas. Com isso, não vamos atender nem ao Presídio Central. Logicamente iremos atrás de recursos federais, só não tenho uma

previsão de quando teremos a solução para o Central. O orçamento total para a Susepe é de R\$ 344 milhões, 95% destinado para custeio – pessoal, gasolina, viaturas e outras necessidades. Restando apenas R\$ 46 milhões para investimentos.

JC - E a questão dos presídios que estão temporariamente com as obras suspensas?

Michels - Isto está embargado judicialmente e seja qual for a decisão tomada não haverá recurso orçamentário. O valor orçamentário da Susepe de 2010 para obras era de aproximadamente R\$ 65 milhões, portanto, menos da metade dos R\$ 150 milhões necessários. E este valor em dezembro, inclusive, foi realocado para outro fim, que ainda não se sabe qual. Mesmo que adotássemos essa proposta, e nós não adotariamos porque ela é muito cara e geraria menos de três mil vagas, pretendemos gerar com esse valor cerca de sete mil vagas.

JC - E onde estaria a solução para o enfrentamento da criminalidade?

Michels – Envolver-se no combate às causas dos crimes. As instituições de segurança pública têm que começar a se envolver nisso. Foi a grande inovação do nosso governador, quando ministro da Justiça, pensando em ajudar os estados na questão da criminalidade. O ministério triplicou o orçamento com a criação do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), uma instituição que está se organizando em todo o Brasil, e começa a investir e atuar em outras áreas, sem perder o foco na segurança. O programa visa a combater a criminalidade nas regiões mais violentas e, aqui no Estado, estamos indo ainda mais fundo com a formulação do Programa Estadual de Segurança com Cidadania (Proesci). Um setor da secretaria vai aparelhar e instrumentalizar este programa. Nós vamos mapear as regiões mais violentas do Estado, algumas com trabalho do Pronasci, e queremos equipar estes locais com uma ação transversal com as secretarias da Saúde, da Educação, do Esporte, do Trabalho e da Ação Social, para que tentem uma política para diminuir os índices de criminalidade.

JC - À tão sonhada questão do aumento da remuneração dos profissionais da segurança, o senhor vê alguma solução?

Michels - Seria prematura qualquer análise. O que pode se constatar é que, hoje, os servidores da área contam em todo o País com uma ajuda de custo de R\$ 400,00 em seu orçamento. A condição para que o policial receba este valor é que ele faça uma formação específica para sua função. A política de reajuste que pretendemos implementar é de, paulatinamente, ir melhorando a questão salarial. Agora, devemos ter cautela e respeito à capacidade orçamentária e à receita do Estado.

JC - A parceria entre governo estadual e federal até que ponto facilita o seu trabalho?

Michels - É importante destacar que o fato de o governador ter sido ministro da Justiça e participado do governo federal nos últimos oito anos evidencia um cenário favorável para a nossa pasta. Além disso, há o fato de eu ter trabalhado no Departamento Penitenciário Nacional (Depen), dentro do ministério, participando das discussões do Pronasci. É importante o conhecimento que adquiri. Seguramente isso vai reverter positivamente para o Rio Grande do Sul.

JC - Qual é a região do Estado que merece um cuidado mais específico por parte da segurança?

Michels - A Região Metropolitana e a região de Caxias do Sul, que está se tornando um polo violento. Estas duas áreas devem ser tratadas com mais atenção.

JC - Há algum plano preventivo para que outras regiões não se tornem polos de violência? Existe alguma medida, por exemplo, programada para a região de Rio Grande, que passa por uma fase de crescimento econômico?

Michels - É um município que já está apresentando problemas diferenciados de criminalidade. É um local que está em desenvolvimento, muitas pessoas vão para lá, porém, nem todas conseguem emprego. É este processo que nós vamos enfrentar. Reverter é quase impossível, mas devemos minimizar com as políticas do Proesci.

JC - Como o senhor vê o trabalho de integração das polícias no Rio Grande do Sul?

Michels - É indispensável para o Proesci que ocorra uma aproximação em todas as esferas. Sem a integração das polícias, o programa que está sendo implantado não terá muitas chances de sucesso. As polícias locais, através dos comandos e das chefias, devem estar plenamente integradas e compactuadas com esta ideia e com esta proposta. O trabalho deve ser realizado em equipe.

Acredito que vamos compor muito bem os diversos setores da segurança pública do Estado, pois os chefes são pessoas jovens com boa visão do cenário atual.

JORNAL DO COMERCIO

### **Correios mudam regra para trocar chefias**

A pedido de Dilma, direção da estatal permitirá que servidores de outros órgãos possam ter cargos de comando

"Não existe motivação técnica que sustente essa medida", diz Luiz Menezes; empresa nega aparelhamento pelo PT

A pedido da presidente Dilma Rousseff, a direção dos Correios mudou seu estatuto para permitir que funcionários concursados de outros órgãos possam atuar na estatal em cargos que até então eram exclusivos de servidores da empresa.

A alteração depende ainda de decreto presidencial e gerou críticas entre representantes dos trabalhadores. Segundo eles, a medida pode resultar no aparelhamento político dos Correios pelo PT, hoje no comando da estatal.

Um atrativo dos Correios é o salário. Como a empresa é pública de direito privado, não há teto como o funcionalismo. O vencimento de um diretor chega a R\$ 33 mil.

O servidor cedido à estatal poderá escolher o que vai ganhar: receber os vencimentos de seu emprego de origem mais uma comissão de 60% sobre o valor ou optar pelo salário da empresa. Cargos como superintendente-executivo, chefe de departamento e diretor regional, ligados à diretoria geral, poderão ser ocupados por servidores de outros órgãos federais das administrações direta e indireta.

Nas vagas sem vinculação direta com a diretoria executiva será permitido requisitar funcionários concursados de Estados e municípios.

Atualmente, apenas o presidente e os seis diretores dos Correios, que passarão a ser classificados como vice-presidentes, podem ser de fora do quadro da empresa. Cada diretor tem ainda direito de contratar um assessor de fora da estatal.

"A mudança é para permitir o aparelhamento da empresa. Não existe hoje motivação técnica que sustente essa medida", diz Luiz Alberto Menezes, presidente da Associação dos Profissionais de Nível Superior, Técnico e Médio dos Correios.

O presidente dos Correios, Wagner Pinheiro, disse à Folha que a cessão é apenas uma possibilidade que foi aberta em meio a outras mudanças no estatuto.

Elas visam, segundo ele, fortalecer a empresa e seguem o que já é adotado por Petrobras, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

"O objetivo não é esse [aparelhamento]. Vamos trazer trabalhadores com preparo profissional em casos específicos. O governo quer fortalecer os Correios."

O Banco do Brasil informou à Folha, no entanto, que apenas a alta direção da empresa -são nove cargos- pode ser chamado de fora do quadro do banco.

Mais uma outra medida capitaneada pela direção dos Correios foi a alteração do manual de pessoal da empresa. O documento definia critérios para ocupação de funções de chefia.

O novo comando da empresa passou a admitir também que qualquer funcionário seja promovido sem critérios específicos.

### **EMPRESA AÉREA**

Outra mudança já feita no estatuto permitirá à empresa ser sócia ou adquirir uma empresa de logística -o que poderá resolver o gargalo do transporte de carga aérea.

Hoje, são poucas as empresas aéreas no país que fazem esse tipo de serviço. No ano passado, foram registrados vários problemas de atraso na entrega de correspondência no ano passado.

Uma das hipóteses é os Correios terem uma empresa aérea para atender especificamente sua demanda".

FOLHA DE SP

## **Sindicato coloca disponível programa para denúncia contra assédio moral**

O programa para denúncias contra atos de assédio moral está disponível desde a última quinta-feira (27), no site do sindicato [www.spbancarios.com.br](http://www.spbancarios.com.br). A conquista foi formalizada com a assinatura do acordo aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho, entre representantes do Sindicato e bancos, na quarta-feira (26).

No programa os bancos Bradesco, Itaú, Santander, HSBC, Citibank, Votorantim, Safra, BIC Banco e Caixa Econômica Federal se comprometem a apurar as denúncias e tomar providências caso o problema seja constatado.

"A partir de agora os bancários poderão fazer a denúncia e os bancos terão prazo para apurar e tomar providências. Mais um passo foi dado para melhorar o ambiente de trabalho", afirma Juvandia Moreira, presidente do Sindicato.

Para fazer a denúncia é necessário que o bancário se identifique para que o sindicato possa dar o devido retorno ao trabalhador. O sigilo será mantido e o Sindicato terá prazo de dez dias úteis para apresentar a denúncia ao banco.

Fenaban, Sindicato e Contraf - Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro farão avaliação semestral do programa, com a apresentação de dados estatísticos setoriais, devendo ser criados indicadores que avaliem o desempenho.

"Assim todos ganham. Resolver esse problema é bom para os trabalhadores e para o banco", completa Juvandia.

O acordo de combate ao assédio é uma das principais conquistas da categoria na Campanha Nacional Unificada 2010. A prática compromete a rotina e a saúde do trabalhador, levando-o muitas vezes à depressão. (Fonte: Portal Gestão Sindical)

DIAP

## **Rendimento médio do trabalhador é o maior desde 2003, indica IBGE**

Em 2010, o rendimento médio mensal habitual dos trabalhadores apresentou a maior média desde 2003, ficando em R\$ 1.490,61, segundo apontou a Pesquisa Mensal de Emprego divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na última quinta-feira (27).

O resultado do ano representa um ganho de 3,8% na comparação com 2009 e de 19% sobre 2003, conforme informou o levantamento.

Em dezembro do ano passado, o salário médio ficou em R\$ 1.515,10, registrando um recuo de 0,7% em relação a novembro e aumentou 5,9% sobre o mesmo período de 2009.

Em 2010, Porto Alegre registrou a menor taxa de desemprego entre as seis regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE. No ano, o índice ficou em 3%, a menor taxa da série histórica da Pesquisa Mensal de Emprego, que teve início em 2002. No país, considerando as sete regiões, a desocupação encerrou 2010 em 5,3%.

Em seguida, aparece a região de Belo Horizonte, que registrou taxa de 4,3% em dezembro de 2010, também a mais baixa em oito anos, segundo levantamento do instituto. Ainda abaixo da média nacional está o Rio de Janeiro, cujo índice do ano anterior ficou em 4,9%, o mesmo registrado em novembro.

O desemprego em São Paulo registrou a mesma taxa que a brasileira, 5,3%. Acima da média ficaram Recife, cujo índice fechou em 6,9% e Salvador, com taxa de 8,4%. Embora mais altas, as taxas ainda são as mais baixas desde o início da série histórica.

No país

Com o resultado do último mês de 2010, a média da taxa de desemprego no ano ficou em 6,7%. De acordo com o IBGE, é a menor taxa média de 12 meses da série histórica e menor que a observada em 2009 (8,1%). Em 2003, a taxa média de desocupação era de 12,4%.

Em dezembro houve, segundo o IBGE, redução de 8% sobre novembro no contingente de desocupados (1,3 milhão) nessas regiões. Na comparação com um ano antes, a queda foi mais drástica, de 21,4%.

No ano de 2010, os desocupados somaram, em média, 1,6 milhão de pessoas, 15% a menos que em 2009 e 39% a menos que em 2003, de acordo com o Instituto.

A população ocupada em dezembro somou 22,5 milhões de pessoas, mesmo número de novembro, e cresceu 2,9% no confronto com dezembro de 2009.

Os dados da pesquisa apontam um total de 10,5 milhões de trabalhadores com carteira assinada no setor privado em dezembro, número estável em relação a novembro e 8,1% superior frente a dezembro de 2009. (Fonte: G1)

DIAP

### **Mentalidade escravista impede aprovação da PEC 438/01 no Congresso**

A mentalidade escravagista ainda presente em certos setores da elite política brasileira é o que impede a aprovação de medidas para a erradicação do trabalho semelhante ao de escravo no Brasil. A avaliação é do presidente da Frente Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, senador José Nery (PSOL-PA), que defende a aprovação, pelo Congresso, da proposta de emenda à constituição que permite confiscar terras em que houver esse tipo de trabalho (PEC 438/01).

A chamada "PEC do trabalho escravo" é um dos temas da Segunda Semana Nacional contra o Trabalho Escravo, que discutirá o assunto em pelo menos sete estados até a próxima quinta-feira (3), quando a Frente Parlamentar Mista e a Frente Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo realizarão reunião no Senado.

Na abertura do encontro, nesta quinta-feira (27), às 19h, na sede do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos (CDVDH), em Açailândia (MA), foi lançado o Atlas Político-Jurídico do Trabalho Escravo Contemporâneo no Maranhão.

Na opinião do senador, alguns políticos e empresários do agronegócio consideram mais importante o lucro obtido com suas atividades do que o respeito à dignidade humana.

"São setores que colocam como prioritárias as razões econômicas. A nossa luta pela erradicação do trabalho escravo no país se dá por razões humanitárias", disse o senador em entrevista à Agência Senado.

Pará

A maior incidência da utilização de trabalhadores em condições similares à de escravo é registrada no Pará, segundo informou José Nery. Em seguida, vêm os estados do Maranhão, Tocantins e Piauí. O Maranhão, como destacou o senador, lidera o fornecimento desse tipo de mão de obra, uma vez que a maioria dos trabalhadores resgatados pelo Ministério do Trabalho é oriunda deste estado, seguidos pelos originários do Piauí.

José Nery disse esperar que, na legislatura que se inicia em 2 de fevereiro, as bancadas do Congresso Nacional estimulem o debate sobre o assunto e coloquem como prioritária a aprovação da PEC do trabalho escravo.

Apesar de não integrar o Congresso na próxima legislatura, ele afirmou que vai continuar se dedicando ao combate ao trabalho escravo.

"É um compromisso de vida. Abracei a causa no Pará, especialmente em Abaetetuba, ou em qualquer lugar em que for chamado a contribuir, a organizar debates e ampliar a discussão do tema, até podermos testemunhar o fim do trabalho escravo no Brasil", afirmou Nery. (Fonte: Agência Senado)

DIAP

### **STJ e TST iniciam ano judiciário com atenções voltadas para questões internas**

Débora Zampier

Repórter da Agência Brasil

Brasília - Os ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Tribunal Superior do Trabalho (TST) voltam a julgar questões importantes para o cidadão a partir de hoje (1º). Mas nas duas cortes pendências internas devem desviar a atenção da pauta de julgamentos no início do ano.

Os ministros do TST voltam ao trabalho sem um vice-presidente para o próximo biênio. O ministro eleito para o cargo, Carlos Alberto Reis de Paula, renunciou no início do ano. No texto de apenas quatro linhas entregue ao ministro Milton de Moura França, presidente do TST, o ministro Carlos Alberto apresenta sua renúncia “por razões que oportunamente serão explicitadas”. Assim, novas eleições devem ser feitas e a posse da nova diretoria será no início de março.

Já o STJ definirá, no dia 9 de fevereiro, as três listas tríplices de onde sairão os nomes para ocupar as três vagas no tribunal destinadas à advocacia. A escolha cabe à presidenta Dilma Rousseff, e os candidatos ainda devem passar por uma sabatina no Senado. A definição colocará fim a uma polêmica na escolha dos ministros que se arrasta desde 2007, com a devolução de listas sugeridas pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Além das questões internas, o STJ começa o ano julgando temas como a união estável entre pessoas do mesmo sexo e a possibilidade de reconhecimento de duas uniões estáveis simultâneas. Também julga quais são as provas legítimas para caracterizar a embriaguez de um motorista e se é possível deixar em liberdade pessoas acusadas de apologia às drogas.

A necessidade de fiador para a concessão de crédito estudantil do Programa de Financiamento Estudantil (Fies) e a responsabilidade por talões de cheque extraviados após o encerramento de contas também pautarão o tribunal. Na área criminal, os ministros julgarão os envolvidos na Operação Castelo de Areia, da Polícia Federal, e o assassinato de um casal em Alphaville (SP), cujos autores seriam a própria filha e o genro.

AGENCIA BRASIL

### **O sindicato único tunisiano se converte em eixo da mudança política**

A União Geral dos Trabalhadores de Tunísia (UGTT) levou a voz cantante na remodelação do Governo interino, mesmo sem tirar o olho por um instante sequer dos protestos populares. Porque foi a reação das ruas que fez com que três ministros do sindicato abandonassem o Executivo formado no dia 17 de janeiro. Não chegaram a exercer os seus cargos, e ontem [sexta-feira passada] anunciaram que também não farão parte do novo Gabinete, totalmente expurgado dos ministros que militaram no Reagrupamento Constitucional Democrático (RCD), o partido do fugido ditador Zine El Abidine Ben Ali.

A reportagem é de Juan Miguel Muñoz e está publicada no jornal espanhol El País, 28-01-2011. A tradução é do Cepat.

Apesar da sua renúncia em participar do Governo, a UGTT apoiou o primeiro-ministro, Mohamed Ghanuchi, único ex-membro do RCD que permanece no seu cargo. A central, que aposta na estabilidade política, arrisca-se nesta aposta porque as palavras de ordem gritadas nas ruas contra Ghanuchi não amainam.

Convém saber o que aconteceu durante a década em que serviu a Ben Ali. São muitos os anos que a UGTT obedeceu submissamente ao regime, por mais que convocasse alguma greve num ou noutro lugar, e muito pouco o que conseguiu em benefício dos trabalhadores ou camponeses, desprezados por altos funcionários e ministros, e humilhados até hoje inclusive por dirigentes da oposição que se dizem progressistas. Na Tunísia, os aposentados não têm pensão, os salários beiram a esmola e um milhão de pessoas academicamente bem formadas partiram para o exílio por falta de perspectivas de trabalho.

A UGTT tentou tirar proveito da revolta contra Ben Ali. Na pequena praça de Mohamed Ali Hammi – fundador da central –, que acolhe a sua sede, começou na manhã de 14 de janeiro a manifestação que acabou por derrubar o presidente. A central conta com meio milhão de sindicalizados, mas nessa praça se reuniram não menos empresários e executivos que assalariados para apoiar a revolução surgida na miserável região agrícola do centro da Tunísia.

Parece pouco provável que grande parte dos tunisianos obedecerão às consignas políticas da UGTT porque sua aposta no contestado Ghanuchi é sumamente arriscada. E também seus chamamentos à calma institucional. “Não é o momento de expulsar os diretores de organismos públicos porque é preciso preservar a estabilidade”, explicava na terça-feira passada a este jornal o secretário-geral

adjunto, Abed Briki. Foram palavra que vieram tarde. Porque são muitos os altos funcionários que não apareceram em seus locais de trabalho, com temor da ira de seus subordinados. Na quinta-feira passada, dia de greve geral – não seguida pelo comércio, nem pelo transporte público ou privado –, pessoal do Ministério da Saúde, assessores fiscais, surdos-mudos, professores e entidades de toda espécie exigiam a formação de seus próprios sindicatos. A maioria daqueles que protestam não o faz animada pela UGTT.

Muitos cidadãos acorrem ao estrangeiro para explicar suas lamentáveis condições de trabalho. Safe Mougou é professora de inglês. Mas, seu lugar está ocupado porque ela não pôde pagar ao funcionário corrupto os 4.000 euros exigidos. “O sindicato sempre esteve muito vinculado ao poder. Seu secretário-geral, Abdelsalam Jerad, nunca pôde adotar decisões durante o regime de Ben Ali. Jerad também deveria passar pela comissão que investigará a corrupção”, sentenciou Mougou. Diante do panorama de anarquia institucional, cada qual se arranja como pode. Durante os caóticos dias que se seguiram à fuga de Ben Ali, os vizinhos organizaram a defesa de seus bairros dos ataques de gente leal ao regime e da polícia – a Anistia Internacional denunciou que os agentes dispararam para matar manifestantes que fugiam – e agora em vários povoados e cidades das regiões de Susa e Siliana, uma vez fugidas as autoridades, a população se organiza para escolher novos órgãos administrativos. Declaram sua peremptória recusa ao primeiro-ministro, sem prestar atenção a um desacreditado sindicato.

IHU

### **Loja City Lar , gigante do setor de eletrodoméstico, é condenada por assédio moral**

A City Lar usava meios vexatórios para estimular vendedores , com cartazes nas paredes da sala com dizeres “sou bola murcha”, “não tenho amor aos meus filhos”, “sou um rasgador de dinheiro” A 1ª Vara do Trabalho de Rio Branco(AC) condenou, na terça-feira (26), a Loja City Lar a pagar indenização por assédio moral à ex-vendedora, além de pagamento de diferenças salariais após comprovação de folha paralela.

De acordo a sentença trabalhista a empresa utilizava meios vexatórios para estimular os vendedores a atingirem metas, com cartazes nas paredes da sala de reuniões com dizeres “sou bola murcha”, “não tenho amor aos meus filhos”, “sou um rasgador de dinheiro” etc, diante disso o magistrado condenou a empresa a pagar R\$15 mil por danos morais.

A empresa alegou em audiência que os cartazes foram afixados inicialmente pelos próprios vendedores como “brincadeira”, porém a loja institucionalizou a ideia o que levou à sua condenação por dano moral, inclusive coletivo. Desta decisão ainda cabe recurso para o TRT.

TUDO RONDONIA

### **Ex-funcionário dos Correios de AL é condenado por desvio**

Luciano Azarias Barbosa, 50, obteve na quinta-feira passada (27), em sessão de julgamento da 1ª Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5) habeas corpus concessivo da progressão do regime de prisão semiaberto para o aberto. O apenado foi condenado a 6 anos, 1 mês e 10 dias de reclusão, em regime semi-aberto, pelo crime de peculato (subtração de valores pertencentes à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - EBCT) e supressão de documento.

Luciano Azarias era chefe da EBCT no município de Jaramataia (AL). Nos dias 29 e 30 de setembro de 1999 deixou de enviar à central da empresa os malotes de dinheiro arrecadado e de prestar informações a respeito do movimento financeiro e administrativo daquela agência, subtraindo R\$ 1,5 mil, no primeiro dia, e R\$ 1,9 mil , no segundo. Em 03 de março de 2000, voltou a praticar o crime, agora subtraindo a quantia de R\$ 3,8 mil.

Condenado à reclusão e pena de multa no valor de R\$ 3,6 mil, Luciano Azarias cumpriu 10 meses e 20 dias de prisão na Colônia Agroindustrial São Leonardo, em Maceió (AL), no período de 07 de novembro de 2007 a 26 de setembro de 2008. Nesta data, o governo de Alagoas decidiu desativar o

presídio, o que levou o juiz das Execuções Penais a conceder o benefício da prisão em regime aberto para todos os presos que ali se encontravam, sob algumas condições.

Quando o representante comercial requereu a progressão legal do regime prisional, com a finalidade de regularizar sua documentação, o Juízo Federal da 7ª Vara Federal de Alagoas não só indeferiu o pedido como decretou a prisão do apenado, que já se encontrava cumprindo o restante da pena em casa (sob restrições legais, como se apresentar à justiça periodicamente e não se ausentar do estado sem autorização judicial). Alegou o magistrado federal que o preso não havia cumprido a principal exigência da Lei de Execução Penal (Lei nº 10.792/03), para obtenção do benefício: o cumprimento de 1/6 da pena.

Intimado a se pronunciar sobre o caso, o Ministério Público Federal (MPF), recomendou que o preso cumprisse o restante da pena no presídio desembargador Luiz de Oliveira e Sousa.

Inconformado, o advogado de Luciano Azarias, impetrou habeas corpus nesta Corte, com o objetivo de obter a progressão do regime de prisão do seu cliente, sob a justificativa de que ele cumpriu todas as determinações impostas pelo Juízo Estadual.

“Não parece razoável que o paciente venha a novamente ser internado depois de ter cumprido as determinações do Juízo da Execuções Estaduais, havendo também notícia nos autos que possui ocupação lícita, o que demonstra o cumprimento da finalidade legal do instituto da progressão, a reintegração do apenado ao meio social”, afirmou o relator do habeas corpus concedido, desembargador federal convocado Bruno Leonardo Câmara Carrá.

ALAGOAS 24H

### **Negociação coletiva não pode suprimir horas gastas no percurso para o trabalho**

É possível, coletivamente, negociar e fixar uma estimativa diária, semanal ou mensal de horas referente ao tempo despendido no percurso da residência ao local de trabalho. A negociação coletiva não pode, contudo, suprimir o direito às horas gastas no percurso, decidiu o TST (Tribunal Superior do Trabalho).

A 6ª Turma do TST reformou a decisão regional e determinou o retorno do processo à Vara do Trabalho de origem, para que seja apurada a quantidade de horas in itinere gastas por um empregado da empresa Safi Brasil Energia S.A., localizada no Mato Grosso do Sul. □ □

O TRT do Estado (Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região) manteve a sentença que indeferiu o pedido do trabalhador para receber as horas itinerantes do período de maio de 2008 a abril de 2009, por verificar que havia convenção coletiva eliminando a parcela. O TRT julgou válida a convenção, considerando que não se tratava de direito indisponível e que deveria ser respeitada a vontade das partes. A decisão levou também em conta que o sindicato havia conquistado outros benefícios para a categoria, elencados na cláusula que suprimia as horas itinerantes. □

O ministro Mauricio Godinho Delgado, relator do recurso de revista no TST, explicou que a flexibilização quanto às horas in itinere por meio de norma coletiva era válida até junho de 2001, quando veio a lei 10.243/01. Segundo o relator, quando não existia lei imperativa, mas simples entendimento jurisprudencial, a flexibilização era ampla. No entanto, com o surgimento da lei, acrescentando dispositivos ao artigo 58 da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), não há como suprimir o direito. O relator esclareceu que a jurisprudência do TST firmou entendimento no sentido de que, em relação às horas itinerantes, “é possível à negociação coletiva estipular um montante estimativo de horas diárias, semanais ou mensais, pacificando a controvérsia, principalmente em virtude de o próprio legislador ter instituído poderes maiores à negociação coletiva neste específico tema”. No entanto, frisou o ministro Godinho Delgado, “não é viável à negociação coletiva suprimir o direito, porém apenas fixar-lhe o montante numérico”.

A 6ª Turma acompanhou o voto do relator e deu provimento para condenar a empresa a pagar ao trabalhador as horas in itinere.

ULTIMA INSTANCIA

## **PEC assegura repasse de contribuição sindical a centrais**

Em análise na Câmara, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 531/10 assegura o recebimento, pelas centrais sindicais, de parte da arrecadação gerada pelas contribuições sindicais.

Os autores da proposta, deputados Flávio Dino (MA) e Daniel Almeida (BA), ambos do PCdoB, informam que o objetivo é evitar que dispositivos importantes para o custeio da atividade desenvolvida pelas centrais sindicais sejam declarados inconstitucionais.

Eles estão preocupados com a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4067, ajuizada em 2008.

A ADI questiona dispositivos da Lei 11.648/08, que não só reconheceu formalmente as centrais sindicais como também as tornou credoras de 10% do produto arrecadado pela contribuição sindical dos empregados.

O argumento utilizado na ADI: o artigo 149 da Constituição restringe a contribuição sindical ao âmbito de interesse das categorias profissionais, este entendido de forma restrita e, portanto, excluindo a atuação das centrais sindicais.

Sem benefício

A ADI cita ainda o artigo 8º da Constituição, que, ao estabelecer a contribuição sindical, é específico e não prevê o benefício às centrais sindicais.

Daniel Almeida lembrou que, "embora ainda não tenha sido concluído o julgamento da ADI 4067, em sessão de julgamento de 24 de junho de 2009, alguns ministros do Supremo Tribunal Federal já apresentaram suas opiniões e, até o momento, a maioria demonstrou simpatia à tese de que as centrais sindicais não devem fazer jus ao crédito estabelecido pela Lei 11.648".

Ele argumenta ainda que as centrais sindicais se inseriram no contexto político nacional para constituir um novo modelo de atuação sindical, rompendo amarras trazidas pelo critério organizacional, que, entende o deputado, está centrado no conceito de categoria e traz algumas defasagens.

"Diante da importância e do alcance da atuação dessas entidades, é inevitável que necessitem de verbas para manter seu nível e expandir sua qualidade. Para tanto, constitui importante fonte de receitas a contribuição sindical", completou.

Tramitação

A PEC será arquivada pela Mesa Diretora. A Mesa Diretora é a responsável pela direção dos trabalhos legislativos e dos serviços administrativos da Câmara. Ela é composta pelo presidente da Casa, por dois vice-presidentes e por quatro secretários, além dos suplentes de secretários. Cada secretário tem atribuições específicas, como administrar o pessoal da Câmara (1º secretário), providenciar passaportes diplomáticos para os deputados (2º), controlar o fornecimento de passagens aéreas (3º) e administrar os imóveis funcionais (4º). no dia 1º de fevereiro, em razão do fim da legislatura. Espaço de tempo durante o qual os legisladores exercem seu poder. No Brasil, a duração da legislatura é de quatro anos. . Porém, como o autor foi reeleito, ele - assim como qualquer um dos 171 apoiadores - poderá desarquivá-la. Nesse caso, a admissibilidade. Exame preliminar feito pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania sobre a constitucionalidade de uma proposta de emenda à Constituição (PEC). A CCJ examina se a proposta fere uma cláusula pétrea da Constituição, se está redigida de acordo com a técnica correta e não fere princípios orçamentários. Se for aprovada nessa fase, a proposta será encaminhada a uma comissão especial que será criada especificamente para analisá-la. Se for considerada inconstitucional, a proposta será arquivada. da proposta será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ). Caso seja aprovada, a PEC será examinada por uma comissão especial criada exclusivamente para esse fim. Depois, o texto precisará ser votado em dois turnos pelo Plenário.

AGENCIA BRASIL

## **VALE FERTILIZANTES: O LUCRO ACIMA DA SEGURANÇA**

Acidente por falta de investimento leva trabalhador a UTI

Desde que a Vale do Rio Doce comprou a Ultrafertil, as condições de trabalho, já precarizadas após a privatização, vem se deteriorando ainda mais. Para cumprir orçamentos que garantem os polpudos

lucros, a empresa tem deixado os trabalhadores até sem uniformes, que, em uma indústria Petroquímica de Risco 3, é considerado EPI – Equipamento de Proteção Individual e portanto obrigatório.

A falta de reposição de peças através da política de “estoque zero” tem feito a fábrica de Araucária operar com o sistema de proteção de alguns equipamentos “desligados” ou “desviados”. Além de irregular, isto compromete significativamente as condições requeridas pelos fabricantes.

Na terça-feira, dia 25/01/11, um acidente causado pela não execução de uma solicitação de serviço de 2008, e posteriormente encaminhada a CIPA, referente a irregularidade de guarda corpo, conforme Norma Regulamentadora N°8, no setor do almoxarifado, ocasionou a queda de um trabalhador deixando-o em estado grave.

A situação da segurança está se tornando insustentável. A brigada de emergência que é formada por trabalhadores voluntários é imprescindível para garantir a segurança da comunidade, meio ambiente e da fábrica como um todo, está se desconstituindo. Todos os membros declararam em abaixo-assinado que após o dia 07 de fevereiro não mais farão parte da brigada de emergência devido ao descaso da Ultrafertil/Vale fertilizantes para a equipe.

O sindicato vai levar tal situação à SRTE e ao Ministério Público para e agora pretende mobilizar também os trabalhadores e comunidade para que a empresa NÃO venha a operar sem a brigada de emergência.

Sindiquímica-PR

### **TJMS diz que novo horário traz mais benefícios que prejuízos**

Em funcionamento há pouco mais de quatro meses, o novo horário de expediente do Poder Judiciário Estadual começou a vigorar em caráter experimental, excepcional e emergencial no dia 1º de setembro de 2010. A medida foi necessária, segundo o Tribunal de Justiça, em virtude da situação econômica e financeira do Estado, que forçou o Tribunal de Justiça a adotar medidas restritivas, a fim de evitar que se ultrapassasse o limite prudencial de gastos com pessoal.

O novo horário foi objeto de questionamento junto ao STF pela OAB/MS que pleiteia a modificação da medida. No entanto, se há pontos negativos que possam ser suscitados, fazendo-se uma análise técnica, de acordo com o TJMS, é forçoso concluir que os benefícios alcançados são sumamente superiores aos eventuais transtornos que possam ser sentidos pelos operadores do direito.

Para se ter uma ideia, logo após a implantação da mudança, destaca o TJMS, os resultados começaram a demonstrar que, na prática, a concentração da força de trabalho num único período trouxe vantagens para a administração da máquina da justiça.

Relatório que acompanhou a evolução dos trabalhos aponta que de setembro 2010 a janeiro de 2011 houve uma economia de mais de 1 milhão e 100 mil reais com pagamento de pessoal. Nesses cinco meses foram economizados em torno de 460 mil reais que antes eram gastos com o pagamento dos servidores que cumpriam jornada em tempo integral. A média economizada com o pagamento pelo trabalho noturno nos juizados foi de mais de 387 mil reais. Além disso foram reduzidos mais de 150 mil com o pagamento de substituições e outros 150 mil com o pagamento de horas extras.

Sobre o acompanhamento da movimentação processual em 2010, a média de processos distribuídos nos oito primeiros meses do ano foi de 32.952 novos feitos por mês e julgados outros 23.596 processos. Com a alteração do expediente forense, de setembro a dezembro de 2010 a média de novos processos distribuídos ao mês ficou em 25.998, quanto ao número de sentenças, a média ficou em 20.565 processos.

O comparativo aponta ainda que, antes da mudança, estavam em andamento uma média de 706.026 processos por mês, e o número de feitos em andamento reduziu para 700.890 com a mudança do horário de expediente do judiciário.

Fórum de Campo Grande - No Fórum da Capital, serviços essenciais como o Protocolo, o PAC (Posto de Atendimento ao Cidadão) e o Cartório Distribuidor mantiveram o atendimento matutino e vespertino. Além disso, novas ferramentas on-line foram introduzidas, como a carga programada.

Estes serviços registraram grande diminuição no atendimento de advogados e estagiários no período matutino, o que permitiu um melhor e mais rápido atendimento aos demais que procuram aqueles setores.

Embora o serviço de protocolo esteja funcionando também na parte da manhã, a procura no período matutino foi muito pequena. Já no primeiro mês da mudança, por exemplo, apenas 2% dos documentos foram protocolados durante a manhã. A maioria do público buscou o serviço no horário da tarde, de modo que o próprio protocolo se concentrou durante o novo expediente do judiciário. O atendimento ocorreu em perfeita normalidade.

A Direção do Fórum manteve-se atenta com consultas informais aos magistrados, servidores, advogados, defensores públicos e promotores de justiça, nas quais as respostas sempre foram positivas. Segundo consulta realizada com servidores do Fórum de Campo Grande, o destaque para o turno único deu-se, na maioria das respostas, na facilitação do gerenciamento com melhores condições para distribuição de tarefas e “dinamização”, trazendo como reflexo uma produtividade de melhor qualidade e não apenas de quantidade.

O juiz titular da 1ª Vara Cível da Capital, Vilson Bertelli, aponta vários aspectos vantajosos do novo horário de expediente. Segundo ele, a força de trabalho dos servidores concentrada em um único turno melhorou o fluxo das atividades e também a produtividade. No modelo de horário integral, explica o juiz, há uma divisão da força, ou seja, três servidores atuam no período matutino e outros cinco à tarde, por exemplo.

Para atender em tempo integral o juiz defende que seria preciso dobrar o número de servidores, isto porque se trata de uma análise aritmética simples para observar que a conta não bate: independentemente de o funcionamento do poder judiciário ser de 8 ou 10 horas ininterruptas a jornada dos servidores, por lei, é de 6 horas diárias.

Segundo acrescenta o juiz, se todos os servidores estão trabalhando em um único horário, é possível dividir melhor as tarefas, por exemplo, há quem fixe nas atividades de cartório, dando andamento aos trâmites processuais e quem fique na parte de atendimento ao público. No caso de dois turnos, necessariamente o servidor precisa dar uma pausa em suas tarefas para auxiliar o público que chega ao balcão de atendimento.

Na prática, o magistrado afirma que não recebeu reclamações de advogados e partes sobre prejuízos com o novo horário de expediente do judiciário, tanto na 1ª Vara Cível como também em outras Varas do Fórum da Capital que o magistrado consultou a título de conhecimento.

Outro aspecto salientado pelo juiz é sobre a produtividade dos magistrados em si. Para ele não há nem o que se mencionar nesse ponto, pois os juízes mantiveram o seus respectivos horários de trabalho inalterados, ou seja, aqueles que trabalhavam integralmente assim permaneceram.

MS NOTICIAS

### **Servidor efetivo não é exceção à regra do nepotismo**

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) reiterou, em decisão do Plenário, a eficácia da Resolução 7 (art 2º,I), que considera prática de nepotismo o exercício de cargo em comissão por cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau no âmbito da jurisdição de cada tribunal ou juízo. Reafirmou, ainda, que tais vedações somente se afastam em relação aos servidores admitidos por concurso público de cargos efetivos, mas integrantes das carreiras jurídicas.

O Conselho reiterou o que afirma a resolução ao responder a consulta ( 0006945-81.2010.2.00.0000) sobre o tema, solicitada por uma advogada de Cuiabá (MT) que questionou a situação hipotética de servidora efetiva do quadro administrativo do Ministério Público e esposa de um juiz de primeira instância. A consulta procurou saber se a referida servidora poderia exercer cargo comissionado no Tribunal de Justiça do Mato Grosso (TJMT) e se, nos termos do que estabelece a Resolução 7, seu caso estaria incluído entre as exceções permitidas.

A Resolução 7 afirma que não é considerado caso de nepotismo a nomeação ou designação de servidores que tenham magistrados como parentes, para cargos de comissão ou de função

gratificada quando se trata de servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo das carreiras judiciárias, mas que sejam admitidos por concurso público. No caso em questão, o relator da consulta, conselheiro Leomar Barros Amorim, destacou que a situação da servidora não está entre as exceções previstas no parágrafo único do artigo 2º da Resolução 7 - ainda que seu marido esteja exercendo suas funções jurisdicionais na primeira instância.

O relator destacou ainda, em seu voto, que da leitura dos itens transcritos se vê que servidor efetivo da área administrativa do quadro do Ministério Público não é equiparado ao servidor admitido por concurso público ocupante de cargo de provimento efetivo da carreira judiciária. Portanto, não está dentro da exceção contida na resolução. O Plenário do CNJ respondeu à consulta nos termos do voto do relator.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

### **De Sanctis deixa 6ª Vara e assume vaga no TRF**

Após 20 anos e cinco meses como titular da 6ª Vara Criminal de São Paulo, o juiz Fausto Martin De Sanctis deixou, na sexta-feira, a primeira instância da Justiça Federal rumo ao Tribunal Regional Federal (TRF) da 3ª Região. Ele assume hoje o posto de desembargador da 5ª Turma, que julga recursos em ações cíveis e penais.

De Sanctis sai do comando de uma das mais atuantes varas brasileiras especializadas em processos relacionados a crimes do colarinho branco, como a lavagem de dinheiro e os praticados contra o sistema financeiro nacional. Deixa zerado o estoque de ações prontas para serem julgadas. "Estou saindo da vara com uma certidão negativa de processos a sentenciar", disse ao Valor. "Não há passivo. Há pedidos de quebra de sigilo, mas não há sentença de mérito pendente."

Nos últimos dias de trabalho na 6ª Vara, De Sanctis aproveitou o recesso do Judiciário para concluir alguns processos pendentes. Um deles foi a ação penal aberta contra a doleira Claudine Spiero, que fez um acordo de delação premiada e teve o processo contra ela separado dos demais, decorrentes das operações Suíça, Kaspar I e Kaspar II, realizadas pela Polícia Federal (PF) entre 2006 e 2007 para investigar um suposto esquema de câmbio ilegal envolvendo a participação de representações de bancos suíços no Brasil. Da mesma forma, julgou um recurso em que os réus do processo gerado pela Operação Satiagraha, realizada pela PF em 2008 para apurar crimes financeiros supostamente cometidos pelo banqueiro Daniel Dantas, dono do Grupo Opportunity, pediam a transferência da ação penal para outra vara judicial. A decisão só foi possível após o julgamento de um recurso com o mesmo pedido no TRF, que ocorreu apenas em dezembro, quando a promoção de De Sanctis ao tribunal já era dada como certa. O juiz manteve na 6ª Vara a ação principal decorrente da Satiagraha, que será julgada pelo seu sucessor. Sua vaga na primeira instância ainda não foi aberta, o que deve ocorrer em breve. Pelas regras do Judiciário, podem concorrer magistrados da primeira instância e o critério de escolha é a antiguidade. Até que isso ocorra, a 6ª Vara fica a cargo do juiz substituto Marcelo Costenaro Cavali.

No TRF, o desembargador De Sanctis passa a se dedicar ao julgamento de recursos em processos criminais e cíveis - mas assume um passivo de dez mil processos conclusos, ou seja, prontos para serem decididos. "Vou continuar fazendo meu trabalho com seriedade, empenho e dedicação", afirmou o juiz, garantindo que continuará julgando os casos a partir de sua convicção, "com um olho na lei, na Constituição, e outro na realidade social".

VALOR ECONOMICO

### **Correspondente terá regras mais rígidas, mas permanecerá viável**

Governo quer melhorar condições de operações bancárias fora das agências, mas não pode impor custos elevados para essa adaptação

O governo federal prepara para breve uma revisão das regras para atuação dos mais de 150 mil correspondentes bancários, que são agências de correios, lotéricas, farmácias e qualquer outra loja de varejo que ofereça serviços bancários, como pagamentos de faturas, por exemplo. Em algumas

idades do Brasil, eles se multiplicaram a ponto de se encontrar até cinco casas vizinhas oferecendo crédito rápido, como no centro de Maceió (AL).

Preocupa o Banco Central o fato de profissionais sem capacitação estarem na ponta de maior evidência do setor bancário atualmente. O governo quer cobrar maior qualificação e capacidade de relacionamento desses correspondentes, mas não pode torná-los inviáveis, diz Sérgio Odilon, chefe do Departamento de Normas do Sistema Financeiro do Banco Central.

“O correspondente bancário é um modelo espetacular para a inclusão financeira, mas todos os que trabalham no mercado financeiro têm que ser capacitados.” O problema é que essas mudanças tornariam o custo operacional de um correspondente bancário muito similar ao custo de uma agência, o que poderia torná-lo inviável.

Todo custo vai para o spread

Qualquer exigência significa custos mais elevados, explica Odilon. “E isso tudo vai para o spread”, diz. Spread é a taxa que cobra quem empresta em comparação ao custo que o dinheiro tem para ele. Quanto maior o spread, maior a taxa de juro paga pelo tomador do crédito.

No entanto, alguns bancos, por iniciativa própria, decidiram nos últimos anos divulgar cartilhas sobre crédito pessoal, porque uma eventual evolução da inadimplência por falta de conhecimento ou incapacidade de pagamento complicaria ainda mais a situação dos bancos. É esse o maior temor do BC.

A revisão das normas para atuação dos correspondentes teve início em demanda dos próprios profissionais dos estabelecimentos de varejo que fazem esses serviços bancários. Eles reclamam, por exemplo, do risco de mexer com grandes quantias de dinheiro e não contar com as normas de segurança de um banco, como detector de metais e segurança.

Além disso, esses funcionários também pleiteiam representatividade dos sindicatos dos bancários, considerados mais fortes do que os de outros setores de varejo, ou mesmo dos funcionários dos correios. Alguns desses casos vão parar na Justiça.

Para Fábio Moraes, diretor de Educação Financeira da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) é normal que o sucesso de um sistema, como o correspondente, seja acompanhado de maior regulação e controles. O número de correspondentes bancários cresce a ritmo de mais de um terço por ano.

Tempero na discussão

A revisão das normas para os correspondentes bancários é apimentada pela perspectiva de licitação de um dos contratos mais cobiçados do setor: o Banco Postal, dos Correios. Segundo Wagner Pinheiro, novo presidente dos Correios, nos próximos meses deverá ser chamada outra licitação.

A mudança das normas, porém, pode ser determinante nas condições do contrato, tanto para os bancos concorrentes quanto para a Empresa de Correios e Telégrafos (ECT). Alguns membros de instituições bancárias passaram a considerar temerário abrir uma licitação enquanto as regras estão em revisão.

Em 2002, a primeira agência dos Correios passou a prestar serviços bancários em Minas Gerais, depois que o Bradesco ganhou a licitação e passou a usar as agências como ponto de contato com o seu público. O contrato permanece até hoje, em diversas agências

Até então desacreditado, o contrato não teve concorrência relevante e o Bradesco levou por não ter apresentado oferta tão baixa. Do lado dos Correios, também foram poucas as expectativas com o correspondente bancário nas agências. Sem prazo para acabar a licitação, agora ela chega ao fim por decisão política.

Desta vez, com o sucesso do modelo de negócios, a ECT deverá cobrar mais do vencedor do leilão, tanto nos aspectos financeiros quanto em uso de imagem dos Correios. O Banco Postal oferece serviços de manutenção de conta corrente e poupança, empréstimos, cartão de crédito, pagamento de benefícios sociais e recebimento de contas.

ECONOMIA.IG

## Sociedade, subsídio e BNDES

“A sociedade diz ao banco o que não fazer; já lobistas internos ou externos ao governo mostram o que fazer. O BNDES precisa de orientação política para atender a interesses difusos, demanda estruturada para priorizar cadeias críticas para o desenvolvimento, soluções para segmentos de inovação competitiva, cobrança para transparência e avaliações estratégicas, inclusive nos critérios socioambientais”, escreve [Roberto Smeraldi](#), jornalista, diretor da OSCIP Amigos da Terra - Amazônia Brasileira e autor do "Novo Manual de Negócios Sustentáveis", em artigo publicado na Folha de S. Paulo, 31-01-2011.

Eis o artigo.

Enfim pinta um debate sobre os subsídios do Tesouro ao [BNDES](#) (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Mas é pouco: a sociedade precisa saber mais sobre o conjunto do subsídio e discutir como o banco pode melhor atender ao interesse público.

O [BNDES](#) se tornou um dos quatro maiores bancos de desenvolvimento do mundo e triplicou seu desembolso nos últimos três anos. É um fato ainda pouco compreendido, no país e no exterior. Nos EUA, me mostraram como o BNDES é hoje o principal acionista de toda a indústria de proteína animal daquele país.

Já na região andina e na África, substituí os bancos multilaterais. O subsídio do Tesouro -que o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) estima em R\$ 21 bilhões/ ano- turbina o processo, mas é adicional àqueles oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador e do compulsório do Banco Central, que todos pagamos por meio de juros.

Não é para ter medo de subsídio, se transparente e bem direcionado. E o problema não reside só no banco: Congresso, governos locais, sociedade civil, Tribunais de Contas, academia e imprensa ainda pouco contribuíram para definir o mandato da sociedade ao banco; aí surgem lógicas e conveniências políticas que fogem à compreensão.

A agência de classificação de riscos Fitch alerta para a crescente concentração da carteira do banco nos dez principais clientes, que já atingiu 36,2%.

Tal concentração reflete uma política, a de promover campeões brasileiros nos mercados globais. Merece debate, bem como a de se envolver em empresas concorrentes, com implícito conflito de interesse. Ou a de receber doações da Noruega para reduzir emissões de carbono, sem avaliar a pegada de carbono de seus próprios investimentos. Tanto o BNDES quanto os que às vezes o criticam se limitam a focar prós e contras de projetos polêmicos, deixando de analisar o custo de oportunidade gerado pela priorização de um setor em detrimento de outro, ou de um segmento dentro do mesmo setor.

No elétrico, jorra R\$ 46 bilhões em três megasusinas de alto risco na Amazônia, preteridas por bancos privados, e, no nuclear, sem comparar efetividade e impacto de um investimento de igual vulto na eficiência energética. Nem considera geração da biomassa, mesmo envolvido em peso na cadeia da cana.

O banco segue investindo alto nos frigoríficos, com aquisições no exterior que estimulam a concorrência com nossa pecuária, ainda de baixa produtividade média.

Enquanto isso, aqui ninguém investe na necessária transição tecnológica e na superação dos grandes passivos socioambientais da produção primária, condições essenciais para ela se integrar de forma sustentável nas cadeias que deveriam interessar ao banco, grande acionista do segmento industrial. Cadeias com alto poder indutor, como saneamento, são estratégicas. Longe de sonharmos com Copa e Olimpíada sem esgoto, mesmo a meta de universalizar serviços até 2024 implica investir, por ano, pelo menos 8% do que o BNDES desembolsou em 2010, ou metade do subsídio do Tesouro. Pode-se promover um pacto nacional para tanto?

Não é para substituir a Caixa, e sim para somar: é preciso investir em tecnologia para maior produtividade dos recursos aplicados.

A sociedade diz ao banco o que não fazer; já lobistas internos ou externos ao governo mostram o que fazer. O BNDES precisa de orientação política para atender a interesses difusos, demanda estruturada para priorizar cadeias críticas para o desenvolvimento, soluções para segmentos de

inovação competitiva, cobrança para transparência e avaliações estratégicas, inclusive nos critérios socioambientais.

Subsídios maciços e protagonismo internacional são ótimas justificativas e oportunidades para tanto.

### **Cooperativas devem ser alternativa de trabalho para 3 milhões em 2011**

As cooperativas e associações devem servir como alternativa de trabalho e renda para pelo menos 3 milhões de pessoas neste ano. Mesmo com a queda histórica do desemprego, empreendimentos da chamada economia solidária devem crescer em 2011 e ocupar cada vez mais trabalhadores interessados em participar da gestão de seus próprios negócios.

A reportagem é de Vinicius Konchinski e publicada pela Agência Brasil, 29-01-2011.

A previsão é de Fábio José Bechara Sanchez, secretário adjunto da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), ligada ao Ministério do Trabalho. Segundo ele, dados preliminares de um levantamento que está sendo feito pela Senaes apontam um aumento de quase 100% na quantidade de pessoas ocupadas e também no número de iniciativas de economia solidária nos últimos quatro anos.

Na última pesquisa sobre o tema organizada pela Senaes, em 2007, existiam cerca de 22 mil organizações de trabalhadores coadministrando um negócio. Essas organizações ocupavam aproximadamente 1,6 milhão de pessoas, principalmente nos estados do Rio Grande do Sul, Ceará e da Bahia.

Já em 2011, além dos 3 milhões trabalhadores envolvidos nesses empreendimentos, a quantidade de iniciativas deve chegar a 40 mil. “Parcialmente, já dá pra ver que a economia solidária continua crescendo quantitativamente e qualitativamente”, diz Sanchez.

Marcelo Khedi Gomes Rodrigues, secretário-geral da Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (Unisol Brasil), confirma o crescimento. Diz também que o aumento ocorre em todo país, distribuído por vários os setores da economia.

Só a Unisol Brasil, que assessora a criação de cooperativas, já tem 700 organizações associadas, nos 27 estados brasileiros e divididas em dez atividades: da agricultura familiar à reciclagem; da construção civil ao artesanato; da confecção à apicultura.

“A economia solidária está crescendo muito, principalmente em estados do Norte e Nordeste”, complementa Rodrigues. “Primeiro, ela apareceu como alternativa ao desemprego, mas já vemos pessoas aderindo a organizações por opção, por acreditar nas perspectivas.”

Paulo Sérgio Rodrigues, de 35 anos, é um dos que preferiu a economia solidária. Ele é um dos fundadores da Cooperativa União Ambiental e Artesanal Mofarrej, que faz coleta seletiva de lixo na região oeste de São Paulo. Há menos de um ano trabalhando em associação com outros catadores, ele afirma que não pensa em voltar para o mercado de trabalho formal.

“Já fui convidado para trabalhar na construção civil e em transportadora”, conta Paulo. “Estou aqui porque eu acho que vai dar certo. Alguns já desistiram, mas eu acredito”, destaca.

A Cooperativa Mofarrej surgiu com 35 catadores e, atualmente, tem 22. Essas pessoas dividem as tarefas de coletar, separar e vender lixo que pode ser reaproveitado. Juntos, conseguem faturar mais porque negociam um volume maior de material, sem intermediários.

Segundo Paulo, os cooperados dividem os lucros obtidos de acordo com as horas trabalhadas, independentemente da função que cada um desempenha na cooperativa. Hoje, eles ganham cerca de R\$ 600 por mês – quantia acima do novo valor (de R\$ 540) previsto no Orçamento para o salário mínimo – e bem mais do que conseguiriam ganhar sozinhos. “Sem a cooperativa, a gente tirava uns R\$ 200 por mês”, diz Paulo. “Aos poucos, as coisas vão melhorando e a gente vai ganhando um pouquinho mais

### **Petroquímica ainda parada**

As atividades da construção da Petroquímica Suape (PQS) continuam paradas desde a última terça-feira, quando os mais de 7 mil operários – contratos da Odebrecht Engenharia Industrial,

responsável pela construção do empreendimento – iniciaram uma greve por melhores condições de salário e de trabalho. Dentre os pedidos, estão abono de 30% por periculosidade, melhoria dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), aumento do valor do cartão-alimentação, ajuda de custo e melhores de condições dos alojamentos e alimentação.

Ontem, trabalhadores, sindicato da categoria e Odebrecht participaram de uma mediação na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de Pernambuco (SRTE-PE), mas até as 20h30 nenhum acordo havia sido fechado.

Segundo o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção de Estradas, Pavimentação e Obras de Terraplenagem em Geral do Estado (Sintepav-PE), um dos focos de reivindicação agora é a melhoria dos equipamentos de proteção e a elaboração de um novo laudo de periculosidade da área. “É preciso disponibilizar equipamentos de proteção muito mais sofisticados. A temperatura é muito elevada em alguns setores. Em outros, mesmo com as luvas disponibilizadas, se alguém levar um choque corre sério risco de morte”, comenta o representante do Sintepav Eduardo Couceiro. O pedido é também para que o vale-alimentação passe de R\$ 80 para R\$ 180 e haja uma ajuda de custo de R\$ 250 para quem mora nos alojamentos e R\$ 400 para quem mora por conta própria, além de 120 dias de estabilidade. “Nosso alojamento, em Pontezinha, além de pequeno, tem só dez máquinas de lavar roupa para 1.500 homens. A comida é péssima, às vezes vem até com bicho ou está crua”, protesta o eletricitista carioca Eduardo Ferreira, 27 anos. Até um pedaço de carne do almoço foi levada à SRTE-PE ontem. Muitos trabalhadores de fora do Estado alegam ainda que a Odebrecht tem o costume de quebrar o contrato de experiência de dois meses, “sujando” a carteira de trabalho dos temporários. A empresa informou, através de nota, que vai aguardar as definições da Justiça do Trabalho sobre os questionamentos.

Fonte: Jornal do Commercio

### **Obra em Suape tem greve de 7 mil trabalhadores**

Construção de complexo petroquímico em Pernambuco está paralisado desde terça-feira. Cerca de 7 mil trabalhadores ligados à Odebrecht Engenharia Industrial, no Complexo Industrial de Suape (PE), estão em greve desde a última terça-feira. Eles atuam no canteiro de obras do projeto da Petroquímica Suape.

De acordo com o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias da Construção Pesada do Estado, entre as reivindicações dos trabalhadores estão o pagamento do adicional de 30% por periculosidade e outros pontos específicos, como pedido de novo nutricionista e máquinas de lavar.

Representantes dos trabalhadores afirmaram que nas negociações com a empresa, fecharam um pré-acordo e devem voltar ao trabalho na próxima segunda-feira.

A empresa, no entanto, afirmou que entrou nesta quinta-feira com pedido de ilegalidade de greve à Justiça do Trabalho do município de Ipojuca e aguarda a evolução do trâmite legal.

ECONOMIA.IG

### **A novela da Odebrecht**

A família Gradin é sócia do grupo há 40 anos, mas agora os controladores querem comprar sua parte por US\$ 1,5 bilhão. O problema é: os Gradin não querem sair

Iniciada na primeira metade dos anos 1970, ao tempo do chamado “milagre econômico brasileiro”, quando a Odebrecht não passava de uma empreiteira de ambições regionais, limitada aos horizontes da Bahia, a parceria entre as famílias Odebrecht e Gradin resistiu e até se solidificou na virada do século, quando o grupo baiano se viu vergastado por uma séria crise de liquidez que quase o levou à bancarrota.

Apontado como um dos cérebros da recuperação, diversificação e internacionalização do conglomerado formado por 12 empresas, que atuam em setores que vão da construção pesada, passam pela petroquímica e chegam à exploração de petróleo, Victor Gradin, 78 anos, não apenas se tornou o homem de confiança do nonagenário Norberto Odebrecht, fundador do grupo, como se

transformou no segundo acionista individual da Odebrecht, com uma participação de 20,6% do seu capital.

No entanto, essa aliança bem-sucedida, que vinha sendo cimentada com o passar dos anos, se viu abalada com a chegada das novas gerações das duas famílias a posições de comando nos negócios. Justamente quando a Odebrecht vive seu melhor momento, com operações em mais de 20 países e um faturamento que supera os R\$ 40 bilhões, os antigos aliados estão em pé de guerra, protagonizando uma novela que promete se estender por algum tempo.

Quem tomou a iniciativa de tornar público o conflito entre os dois clãs, que vinha sendo administrado com razoável discrição durante a maior parte do ano passado, foram os Gradin, incomodados com a decisão unilateral de Marcelo Odebrecht, presidente e neto do fundador do grupo, de exercer o direito de adquirir seu pacote de ações.

Amparada, à primeira vista, no acordo de acionistas da Odebrecht, essa iniciativa foi rechaçada pelos Gradin, capitaneados por Bernardo, filho de Victor, e que até novembro de 2010 ocupou a presidência da Braskem, a principal empresa da Odebrecht, justamente em decorrência dos desentendimentos com Marcelo. Pelo mesmo motivo, Miguel, irmão mais novo de Bernardo, deixou a presidência da Odebrecht Óleo e Gás, no mesmo mês.

O caminho escolhido pelos Gradin foi a via judicial. No dia 8 de dezembro, por intermédio de sua holding, a Graal Participações, deram entrada com um pedido de arbitragem do conflito na 10ª Vara Cível de Salvador. Queriam discutir não apenas a questão da venda compulsória das ações como a avaliação feita pelo banco Credit Suisse First Boston, que estabeleceu em US\$ 1,5 bilhão o quinhão transferido por Victor a Bernardo, Miguel e à filha, Ana Maria.

A Odebrecht tentou barrar a tramitação do processo, mas não obteve êxito. Na segunda feira 17, a juíza Maria de Lourdes Oliveira Araújo indeferiu as pretensões da Odebrecht, negando-lhe a retomada das ações dos Gradin, ao mesmo tempo que determinou a realização de uma audiência no dia 23 de fevereiro para discutir a proposta de arbitragem apresentada pelos Gradin.

Por recomendação de seus advogados, as duas partes decidiram não se manifestar nos últimos dias. “Marcelo e seu pai, Emílio, querem evitar que a disputa envolva as empresas. Para eles, tudo deve ser tratado no âmbito dos acionistas”, diz uma fonte da Odebrecht, que preferiu não se identificar. Embora nos bastidores os dois lados proclamem sua intenção de resolver as divergências pelo diálogo, é mais do que provável que a novela tenha ainda muitos desdobramentos. Afinal, está em jogo o destino de um dos maiores grupos empresariais de capital nacional, que em apenas uma década multiplicou 45 vezes seu valor de mercado, passando dos US\$ 157 milhões, em 1999, para os US\$ 7,4 bilhões avaliados em 2009.

Por um lado, os Odebrecht se sentem no direito de assumir o controle total do grupo fundado pelo pioneiro Norberto, ao mesmo tempo que incentiva seus executivos com pacotes generosos de ações. Os Gradin, por seu turno, asseguram que não têm a mínima intenção de deixar a Odebrecht, sobretudo num período de prosperidade.

Por seu retrospecto de serviços, eles acreditam que deveriam ter um tratamento diferenciado, pois não se consideram meros administradores que receberam ações a título de incentivo ou bonificação – eles chegam a dizer que Victor jamais recebeu um só papel como gratificação de Norberto, tendo adquirido seu lote aos poucos, até 1999, quando a Odebrecht decidiu fechar seu capital. Em outras palavras: os Gradin se negam a sair de cena, como quer Marcelo Odebrecht. “A ideia é permanecer como acionistas ativistas, influenciando nas decisões estratégicas”, disse à DINHEIRO uma fonte ligada aos Gradin

ISTO E DINHEIRO

### **CGU encontra irregularidades entre Correios e prestadora de serviços**

A Controladoria-Geral da União (CGU) encontrou irregularidades na prestação de serviços da empresa Master Top Linhas Aéreas S/A (MTA) para a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. No ano passado, denúncias apontaram que a empresa seria favorecida em contratos com a estatal.

Segundo o relatório da CGU, a irregularidade está no sobrepreço praticado no envio aéreo de cargas postais de São Paulo a Manaus, feito pela MTA. Segundo o contrato, o valor do transporte entre as duas capitais é de R\$ 1,99 por kg.

Entretanto, a ECT estava encaminhando, via terrestre, uma grande quantidade de cargas de São Paulo a Brasília. A partir da capital federal, a MTA despachava a carga para Manaus, via aérea, cobrando R\$ 3,70 por kg, com um sobrepreço de R\$ 1,71.

Segundo a CGU, a fraude foi identificada na quantidade de carga enviada por via aérea de São Paulo a Manaus, que diminuiu significativamente enquanto os números relativos ao trecho Brasília-Manaus subiram. O contrato firmado para o trecho Brasília-Manaus estimava o transporte de 5 t por dia, sendo que existiram picos de até 38 t por dia.

Ainda não há uma estimativa de quanto foi o prejuízo para os cofres públicos, fato que será apurado pelo Tribunal de Contas da União, pelo Ministério Público Federal e pela Polícia Federal. As investigações também identificarão os responsáveis pelos danos.

TERRA

### **Beto Richa nomeia mulher e irmão para primeiro escalão no PR**

A brecha na súmula vinculante que veda a prática de nepotismo vem sendo aproveitada pelos governadores do Paraná. Depois de o ex-governador do Paraná Roberto Requião (PMDB) passar quase oito anos com sua mulher e seus irmãos no primeiro escalão, Beto Richa (PSDB) repetiu a dose, nomeando sua mulher, Fernanda Richa, para a Secretaria de Família e Assistência Social e seu irmão, José Richa Filho, para a recém-criada Secretaria de Infraestrutura e Logística, englobando as importantes pastas de transportes e obras públicas.

Publicada em agosto de 2008 pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a súmula vinculante número 13 permite a contratação de parentes para "cargos políticos", como os de ministro, secretário de Estado e secretário municipal.

Richa ainda mantém parentes na prefeitura de Curitiba, que administrou até abril do ano passado, quando renunciou para disputar o governo. Seu vice e atual prefeito, Luciano Ducci, nomeou Marcelo Richa, filho do governador, secretário de Esporte e Juventude, e a tia de Fernanda Richa, Maria Christina Andrade Vieira, para Fundação Cultural de Curitiba (FCC).

O novo governo do Paraná também abriu espaço para o nepotismo cruzado. Vários parentes de deputados e ex-deputados conseguiram uma vaga no segundo escalão de Beto Richa. Nesta quinta-feira, Richa anunciou o nome de José Lupion Neto, irmão do deputado federal Abelardo Lupion (DEM) para a coordenação do Procon. O presidente da Assembleia Legislativa do estado, Nelson Justos, emplacou filho e nora no Executivo: Nelson Cordeiro Justus é diretor da Companhia de Habitação do Paraná e Aline Albano é coordenadora de Assuntos Internacionais na Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul. Richa nomeou também o filho do deputado Antonio Belinati (PP), Antonio Carlos Salles Belinati, para uma das diretorias da Companhia Paranaense de Saneamento (Sanepar).

As nomeações de Richa desencadearam uma série de críticas de adversários políticos e entidades. Até o ex-governador Requião criticou a prática. "Parabéns, nepotismo valente e cruzado", escreveu o ex-governador em seu Twitter após a nomeação de Marcello Richa para a prefeitura. "Esposa, irmão, primo nomeados no Paraná. Filho e tia da esposa, na prefeitura de Curitiba. É o governo 'trazparente'", escreveu ainda o deputado federal Dr. Rosinha (PT), referindo-se à promessa de transparência do tucano.

Autor de uma proposta de emenda à Constituição estadual contra o nepotismo, nunca votado pela Assembleia Legislativa, o deputado estadual Tadeu Veneri (PT) também criticou. "O governador, que na campanha prometeu uma nova atitude na administração pública, começou com os mesmos vícios do governo anterior, entre os quais, o nepotismo. Nossa PEC, apresentada em 2007, não deixa essa brecha, acabaria com esse festival. Seria uma forma de ampliar essa lei, como o Rio Grande do Sul fez, mas não vejo a possibilidade de aprovarmos este projeto agora, pois qualquer movimento seria freado pelo governo", disse.

O governador Beto Richa, através de sua assessoria de imprensa, informou, nesta tarde, não comentará mais o assunto.

TERRA

### **Empresa é condenada a pagar R\$ 80 mil a ex-funcionário que recebeu 'troféu tartaruga'**

A Justiça do Trabalho de Mato Grosso condenou uma indústria de bebidas (franquia da Coca-Cola) a pagar indenização de R\$ 80 mil a um ex-funcionário por prática de assédio moral. Segundo a sentença, o trabalhador foi exposto a situações humilhantes por ter recebido troféus com nomes de "tartaruga" e "lanterna", referência aos vendedores com os menores resultados da semana.

Ivaldo Vicente da Silva, autor da ação judicial, contou nas audiências que se sentia constrangido ao receber as "honorarias", sendo alvo de chacotas por parte dos colegas. O ex-funcionário tinha que manter o troféu na mesa durante a semana. "Sob vestes de brincadeira o que se quer mesmo é envergonhar o empregado pelo desempenho insuficiente", descreveu o relator do processo, o juiz José Roberto Gomes Júnior. A Renosa Indústria de Bebidas S/A alegou que a intenção da "homenagem" era motivar os trabalhadores e informou ainda que vai recorrer da sentença.

**Bancos e sindicalistas firmam acordo em SP contra assédio moral**

Nesta última quarta-feira, um acordo foi firmado entre 51 sindicatos representantes do setor bancário e 10 instituições financeiras em São Paulo. O trato prevê que, de agora em diante, os bancos serão responsáveis pela investigação de maus tratos no ambiente de trabalho. As entidades representativas terão dez dias para apresentar as denúncias dos trabalhadores e as empresas terão dois meses para apurar o caso e apresentar os esclarecimentos.

REDAÇÃO RSZD